



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

DOMINGAS DIONISIO DE SANTANA

**A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO VISÃO DE ÁGUIA PARA A
TERRITORIALIZAÇÃO DO QUILOMBO URBANO EM CHAPADA DE
NATIVIDADE (TO)**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Domingas Dionisio de Santana

**A Contribuição da Associação Visão de Águia para a Territorialização do
Quilombo Urbano em Chapada de Natividade (TO)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do
Tocantins (UFT), Campus Universitário de
Miracema, para obtenção de título de bacharel em
Serviço Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosemary Negreiros de
Araújo.

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S232c Santana, Domingas Dionizio de.
 A Contribuição da Associação Visão de Águia para a
 Territorialização do Quilombo Urbano em Chapada de Natividade (TO).
 / Domingas Dionizio de Santana. – Miracema, TO, 2024.
 62 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2024.
 Orientadora : Rosemary Negreiros de Araújo

 1. Chapada de Natividade. 2. Quilombo Urbano. 3. Associação
 Visão de Águia. 4. Território. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DOMINGAS DIONISIO DE SANTANA

A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO VISÃO DE ÁGUA PARA A
TERRITORIALIZAÇÃO DO QUILOMBO URBANO EM CHAPADA DE NATIVIDADE
(TO)

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, curso de Serviço Social foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 17 /10/2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosemary Negreiros de Araújo, orientadora, UFT

Profa Dr^a Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, examinadora, UFT

Profa Dr^a Josenice Ferreira dos Santos Araújo, examinadora, UFT

Aos meus pais, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar.

Ao meu orientador, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento.

Aos meus irmãos, minha cunhada, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida. O meu agradecimento a minha amiga Gilmara Barbosa (in memoriam), que sou grata ao decorrer do curso de graduação, criamos uma linda amizade, sempre me incentivava a não desistir do curso, que queria me ver formada, aqui estou Gil concluindo o um curso. Padre Adriano José, Crislaynne, Gustavo Avelino e Zumira de Fatima que me incentivou a continuar o curso, sempre esteve do meu lado nos momentos de angústia e aflições. O meu agradecimento às Comunidades Quilombolas: Comunidade Quilombola de Chapada da Natividade e a Comunidade Quilombola São José da Região Segredo do Jejere.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer a Deus, pela força e perseverança durante o curso.

À universidade, meu agradecimento por todo o suporte. Este TCC não seria concluído sem os apoios que recebi em todas as etapas de produção do trabalho.

A minha orientadora minha gratidão que aceitou o convite para caminhar comigo pela estrada do conhecimento. Obrigada por me mostrar que o conhecimento é um processo.

A todos os/as professores do curso de Serviço Social, campus de Miracema – UFT pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Quero expressar a minha imensa gratidão a todos os que de alguma forma me ajudaram a concluir este trabalho, que marca uma transição na minha vida.

Aos meus pais, Josina de Jesus Santana e Domingos Dionísio de Santana que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória. Meus agradecimentos aos meus filhos Gabriel Dionísio e Moisés Dionísio, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando da minha acadêmica.

As minhas amigas (os), Maria dos Santos, Jeovanice Quintanilha, João Carlos Rocha, Leandra Carvalho Denise e Telma, que compartilharam de todos os momentos felizes e tristes e que apesar das fases difíceis, nunca se afastaram, estavam sempre me apoiando em todas as decisões tomadas.

A todos os meus colegas de sala, pelos anos de experiência que passamos juntos nesses últimos anos; pelos momentos vividos, pelas agradáveis lembranças que nunca sairão do meu coração e pela eterna amizade consolidada entre todos nós.

Finalmente, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A contribuição da Associação Visão de Águia para a territorialização do quilombo urbano em Chapada de Natividade – TO” aborda como a implantação da Associação em questão contribui para a territorialização desse quilombo urbano. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio da qual foram utilizadas a minha vivência enquanto quilombola, e a revisão bibliográfica em artigos, TCC, dissertações, análise de fotografias, complementados com dados obtidos na instituição. A pesquisa sinalizou para a importância do fortalecimento das manifestações por parte da comunidade, para a manutenção da tradição, cultura e modos de vida quilombola, e ainda que, as atividades desenvolvidas através da associação, em processo de construção, são fundamentais para a territorialização do quilombo urbano em Chapada de Natividade.

Palavras-chave: Chapada de Natividade. Quilombo Urbano. Associação Visão de Águia. Território.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper (TCC), entitled “The contribution of the Visão de Águia Association to the territorialization of the urban quilombo in Chapada de Natividade – TO”, addresses how the implementation of the Visão de Águia Quilombola Association contributes to the territorialization of this urban quilombo. This is a qualitative study in which I used my experience as a quilombola, and a bibliographical review of articles, CBTs, dissertations, analysis of photographs, complemented by data obtained from the Visão de Águia quilombola association. The research pointed to the importance of strengthening the community's manifestations in order to maintain quilombola tradition, culture and ways of life, and also that the activities developed through the association, which is in the process of being built, are fundamental to the territorialization of the urban quilombo in Chapada de Natividade.

Key-words: Chapada de Natividade. Urban Quilombo. Eagle Vision Association. Territorialities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Comunidade Ilha de São Vicente	22
Figura 2 - O primeiro garimpeiro.....	31
Figura 3 - Primeira quadra de esportes, hoje a Feira Coberta dos Agricultores Laércio Dias	32
Figura 4 - Primeiro processo de restauração do Forno	33
Figura 5 - Igreja de Nossa Senhora Sant'Anna construída no século XVIII, vista dos fundos, antes de seu desabamento	35
Figura 6 - Igreja de Senhora Sant'Anna chamada de Matriz Velha, e a Padroeira Sant'Anna	36
Figura 7 - As três bandeiras do Divino Espírito Santo	40
Figura 8 - Coroação do Imperador e cortejo para a Missa Solene e em seguida o reinado	41
Figura 9 - Mosaico I de fotos das ações realizada no Quilombo Urbano	46
Figura 10 - Representantes do INCRA	56
Figura 11 - Durante seminário	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Ato de Disposições
APA-TO	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COEQTO	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUBO	Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Índice Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Patrimônio Histórico
ISA	Instituto Socioambiental
MDA	Ministério de Desenvolvimento e Agricultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - UMA MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA: CAMINHOS PARA CHEGAR AO TEMA.....	11
1.1	Memórias, registros sobre minha vida: do Quilombo para a UFT/ Miracema.	12
2	APONTAMENTOS SOBRE A COMPREENSÃO DE QUILOMBO, QUILOMBISMO E COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	16
2.1	Quilombos Urbanos.....	18
2.2	Território Quilombola.....	19
3	O TOCANTINS TEM PRIMEIRA COMUNIDADE QUILOMBOLA TITULADA.....	22
3.1	O estado do Tocantins e as Comunidades Quilombolas.....	22
3.2	Quilombos Urbanos e Educação: fortalecendo a Associação Visão de Águia na Comunidade.....	24
3.3	Apontamentos sobre Chapada De Natividade – o Começo de Tudo.....	26
3.4	O Ouro de Chapada Da Natividade só beneficia os “De Fora”.....	28
4	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS VISÃO DE ÁGUA E ASSOCIAÇÕES DOS AGRICULTORES QUILOMBOLA REGIÃO SEGREDO DO JERÊRÊ FORTALECENDO O TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....	42
4.1	As Associações Comunitárias.....	42
4.2	Políticas realizadas pela Associação Comunitária dos Quilombolas Visão de Águia.....	51
4.3	As Ações da Associação Visão de Águia com Seu Público-Alvo: conquistas (Avanços E Recuos)	53
4.4	A população Quilombola tem acesso aos serviços conquistados por essa Associação?	54
4.5	Associações Visão de Águia e Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto Denunciam Impactos da Mineração)	55

4.6	Contribuições do Serviço Social na Comunidade Quilombola de Chapada da Natividade.....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO – UMA MOTIVAÇÃO PARA A PESQUISA: CAMINHOS PARA CHEGAR AO TEMA

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A contribuição da Associação Visão de Águia para a territorialização do quilombo urbano em Chapada de Natividade (TO)” tem como objetivo geral conhecer a contribuição da Associação Visão de Águia para a territorialização do quilombo urbano, situado em Chapada de Natividade – TO. O texto a seguir aborda como a implantação da Associação Quilombola Visão de Águia contribui para a territorialização desse quilombo urbano, situado na cidade de Chapada de Natividade -TO. O município possui outro quilombo, não titulado, cujo nome é São José e fica situado na zona rural¹.

A pesquisa aqui realizada tem por problema de pesquisa pensar sobre a dimensão do processo organizativo da associação Comunitária Quilombola Visão de Águia, como este contribui com o acesso aos direitos de seus associados e a territorialidade desse quilombo urbano.

A escolha do tema se justifica pelo fato de a Associação Comunitária Quilombola Visão de Águia, em processo de construção, contribuir sobremaneira para a territorialização desse quilombo urbano. Esse tema bem atual, inédito, e muito relevante, principalmente para a própria comunidade, e como quilombola percebo a necessidade de contribuir para essa discussão. Dessa forma, espero contribuir com seu autorreconhecimento, uma vez que para contribuir com o processo de regularização dos territórios quilombolas, é necessário que ela se auto reconheça como um quilombo.

Sendo este TCC direcionado ao curso de Serviço Social, compactuamos com a ideia de uma Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2017-2020 – *Assistentes sociais no combate ao racismo*, a mesma enfocou que o Brasil vive um momento de resistência cotidiana, em especial da população negra, e nesse sentido mostra que esta é a parte mais atingida na luta por atendimento digno na rede pública

¹ Em seu TCC, Josimar Jânio de Sousa Silva (2021), intitulado **Territórios negros no Tocantins: caracterização das comunidades quilombolas no território eclesiástico da diocese de Porto Nacional, Tocantins**, o autor informa que a Comunidade Quilombola de São José, é localizada a 40 km de Chapada de Natividade, região Sudeste do Tocantins. Na Comunidade São José 54% dos moradores geram renda, destes 67% são lavradores e 33% aposentados. Sobre a renda, 25% das famílias possuem menos de um salário e 75% têm mais de um salário-mínimo. O programa Bolsa Família beneficia 50% da comunidade. Muitas residências não possuem energia elétrica e serviços de saneamento básico.

de saúde e educação, e em outras lutas importantes, como pelo reconhecimento imediato das terras quilombolas, no acesso ao trabalho e ainda no combate ao racismo institucional em todos os níveis; nos ataques à religiosidade de matriz africana no Brasil, dentre outros desafios. (CFESS, 2020)

Vale mencionar aqui sobre a comunidade quilombola, a importância de haver uma relação histórica com o território reivindicado, esses fatores devem constar no pedido de autodefinição enviado a Palmares, que é a instituição responsável pela análise das informações e pela emissão da Certidão de auto reconhecimento.

Compactuamos com a concepção que abandona a visão cristalizada pela historiografia clássica, a qual se baseia no isolamento dos quilombos, bem como de sua formação única por meio das fugas, em prol de um conceito ampliado, em que o território e a identidade dialogam no sentido de estarem voltados para a resistência do grupo, da comunidade. Estes agrupamentos sociais são denominados remanescentes de quilombo (SCHMITT, TURATI & CARVALHO, 2002, p. 1).

Quando se fala em Associações quilombolas, leva-se em consideração que os representantes de comunidades se reúnem para discutir planos de vida e a criação de fundos comunitários, a criação de um plano de vida começa com o consentimento da comunidade e exige um diagnóstico detalhado do território.

O texto é apresentado da seguinte forma: após a Introdução, vem o segundo capítulo intitulado Memórias, registros sobre minha vida: do quilombo para a UFT/ Miracema, neste apresento minha trajetória de vida, até minha ida para a universidade.

1.1 Memórias, registros sobre minha vida: do Quilombo para a UFT/ Miracema

Sou Domingas Dionísio de Santana, quilombola, nascida na cidade de Chapada da Natividade/TO, município de Natividade, lugar onde sempre vivi minha infância e juventude, morava na fazenda (costuma-se chamar fazenda as localidades da zona rural)², brincava de ronda, esconda, e de boneca de sabugo de milho, colhidas da

² Na região da Chapada da Natividade denomina-se de “Fazenda” toda e qualquer localidade que esteja situada na zona rural e que nela habite uma ou mais famílias, vivendo da plantação de subsistência, do consumo interno do que produz e/ou da troca e também crie animais para o sustento da família, mesmo em pequena quantidade. O conceito utilizado naquela região, distancia-se do conceito real das fazendas que são longas extensões de terras, cuja metragem é calculada em hectares e onde existem grandes plantios e/ou criatórios de animais. A fazenda é uma propriedade rural, com grande extensão,

plantação, considerando que minha família vivia da plantação; que fica na localidade Mato Preto município de Chapada da Natividade/TO, lugar pertencente aos meus avós maternos e depois dos meus pais, minha mãe é filha única.

A minha família vivia da agricultura que plantava na fazenda, os produtos eram milho, mandioca e arroz, às vezes fazia-se farinha e trocava por arroz com outras famílias, além disso, a criação de galinhas, algumas cabeças de gado e de porco. Mesmo assim tinha época que os frutos da plantação não chegavam à outra colheita, tornando a vida na fazenda muito difícil, não foi fácil, mas tudo se arranjava se dava um jeito e se tornava feliz.

O percurso para a escola era feito a pé, 10 km até a cidade, vinha com meus irmãos da fazenda a pé para estudar na cidade, sendo um mais velho que eu e os demais, eram dois mais novos. Lembrando que meus pais Domingos Dionísio de Santana e Josina Jesus de Santana, são lavradores e descendentes de quilombolas, venho de uma família de doze irmãos, sendo eu a décima filha do casal. Até o ensino fundamental estudei vindo da zona rural, mas, em razão de problemas de saúde dos meus avós maternos, e também para estudarmos, mudamos para a cidade onde dei início o ensino médio, o qual conclui em 2004.

Ingressei no ensino médio durante a adolescência, trabalhava durante o dia todo e estudava no turno noturno, foi aí que engravidei e não foi nada fácil, quando descobri a gravidez fiquei muito preocupada e até chorosa, pois não havia planejado para aquele momento, mas com passar dos meses fui aceitando a ideia de ser mãe e nasceu meu primeiro filho Gabriel Dionísio Neris, eu tive uma rede de apoio, pude contar com a minha mãe, irmã e cunhada, elas sempre me apoiaram, assim como me apoiam até hoje, sempre me ajudam, e, passado dezoito anos, tive meu segundo filho Moisés Dionísio de Santana.

A minha segunda gravidez foi mais difícil, passava muito mal, envolvendo uma série de questões de cunho emocional e físico, foi uma gravidez de risco, trabalhava de doméstica, tive que parar de trabalhar devido a situação que me encontrava,

que ultrapassa 96,8 hectares (968.000 m²). No Brasil, existem fazendas com milhões de hectares de terra, cujos proprietários vão desde grandes pecuaristas a artistas famosos. Nesses gigantescos imóveis rurais, a estrutura é de primeiro mundo, com investimento em agricultura de precisão, maquinário agrícola importado e até mesmo heliporto. Disponível em <https://www.cpt.com.br/artigos/descubra-as-diferencas-entre-chacara-sitio-e-fazenda>. (Acesso em 15 de junho de 2024)

hipertensão na gravidez, mas que felizmente tudo se resolveu, embora tenha que ficar tomando medicação para controlar a pressão arterial.

Corre em minhas veias, o sangue de quilombola, vivencio a cultura e as tradições dos meus antepassados, considerando que entendo que ser quilombola é pertencer a uma comunidade negra, defendo ser importante assumir a cor, sentir orgulho, lutar contra o racismo, pela liberdade, pelos ideais, pelos objetivos, e ter orgulho de sua comunidade e de seu povo, ter a consciência limpa, sem preconceitos de pertencer a uma comunidade negra e sim de valorizá-la.

Importante ressaltar que, as dificuldades financeiras e o distanciamento de uma universidade, vivenciadas em minha infância e adolescência, não impediram os meus sonhos, que hoje está cada dia mais próximo, o de cursar uma graduação um dia, um curso superior.

Assim que terminei o ensino fundamental fiz em seguida o ensino médio e daí por diante, nunca deixei de fazer o vestibular através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e foi assim que um dia, chegou a minha vez, e em agosto de 2014 através do Sistema de Cotas para estudantes quilombola, em Palmas, fui aprovada, quando saiu o resultado fiquei sem acreditar, pois já tinha feito várias tentativas e não tinha conseguido ser aprovada.

Dentre as duas opções apresentadas, a primeira o Serviço Social e a segunda Teatro, fui aprovada para a primeira opção para cidade de Miracema do Tocantins, a princípio tive dúvidas em relação a minha escolha, pela complexidade da profissão e do curso em si, mas com o tempo fui me familiarizando, me adaptando ao mesmo, passei a gostar muito.

Entre as pessoas de meu quilombo, fui pioneira a ingressar na UFT/Miracema e foi a partir de minha experiência que outras pessoas de Chapada de Natividade, se estimularam para cursarem a universidade em Miracema do Tocantins, sendo que hoje já são mais de 24 pessoas. Foi um percurso bem difícil, pois não tinha pessoas conhecidas na cidade, mas comecei pelo processo de matrícula e a procura de Kitnet para morar. Tive que alugar com três meses de antecedência, visando aproveitar a viagem. Minha estada em 3 de novembro de 2014 não foi fácil, começando pela dificuldade com a mudança, pois nunca tinha morado sozinha.

Em Chapada de Natividade, eu trabalhava como Agente de Saúde antes da mudança para Miracema, o salário que recebi foi fundamental para eu me manter por dois meses, já havia dado entrada na Bolsa Permanência do MEC, no final de

fevereiro comecei a receber a bolsa no valor de 900,00 reais. Com este valor pagava água, energia, alimentação, Internet, cópias de xerox e medicamentos, não era suficiente para me manter, precisando que recorresse sempre a minha família. Foi então que recorri ao Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO), quando a UFT lançava os editais dos auxílios, eu fazia minha inscrição, concorria e conseguia e era assim que administrava minhas despesas. Assim com o tempo fui me adaptando, a UFT, fazendo amizades.

Nesse processo de adaptação à universidade, passei por momentos difíceis, não foi fácil deixar a família, um filho, e partir em busca do meu objetivo, porém foi necessário. Além de ter passado por momento muito pungente em certo momento da graduação, no qual foi a morte de uma colega que no decorrer do curso se tornou minha grande amiga, no qual a sua morte foi em decorrência de um crime de feminicídio cometido pelo seu ex esposo, fato que já tinha alertado a mesma que ficasse em alerta para não vir acontecer o que mais temia, isso me abalou muito e também minha família.

Com a pandemia tive que me mudar para minha cidade natal, pois já não tinha mais como me manter, fiquei apenas com a elaboração do projeto para o Trabalho de Conclusão do Curso – TCC e depois o TCC II que é a elaboração dele, portanto não tinha mais aulas presenciais, não tinha como acessar os auxílios e também não tinha como trabalhar, conseguir um emprego, então decidi voltar, e escrever o meu TCC e também cuidar de meu filho, de minha família.

2 APONTAMENTOS SOBRE A COMPREENSÃO DE QUILOMBO, QUILOMBISMO E COMUNIDADE QUILOMBOLA

Este capítulo visa apresentar a comunidade de Chapada de Natividade – TO, a partir da concepção de quilombo, quilombismo e comunidade quilombola, tendo como embasamento o conceito cunhado por Abdias Nascimento, em que apresenta uma comunidade, cuja associação se encontra em processo de criação/instalação, por meio da vivência de seus participantes, do processo educativo, a escola tem importante papel nesse sentido.

Compactuamos com a concepção que abandona a visão cristalizada pela historiografia clássica, a qual se baseia no isolamento dos quilombos, bem como de sua formação única por meio das fugas, em prol de um conceito ampliado, em que o território e a identidade dialogam no sentido de estarem voltados para a resistência do grupo, da comunidade. Estes agrupamentos sociais são denominados remanescentes de quilombo (SCHMITT, TURATI & CARVALHO, 2002, p. 1)

Quilombo, de acordo com Abdias Nascimento (2021, p. 2) não significa escravo fugido. “Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.”. Ainda segundo o autor, a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico.

No sentido de que, o quilombismo, segundo o autor, tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitaríssimo e/ou *ujamaaísmo* da tradição africana, nesse sistema diz, as relações de produção, se distancia das que prevalecem na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Portanto, o ritmo do quilombismo se conjuga aos mecanismos operativos, eles articulam os diversos níveis da vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. (NASCIMENTO, 2021, p.2)

O sistema adotado pelo quilombismo nega a propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza, o que sobrepõe, o que é vivido nesse sistema são os fatores e elementos básicos de propriedade e uso coletivo. Uma sociedade criativa no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; o trabalho é antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social. Liberto da exploração e do jugo embrutecedor da produção tecno-capitalista, a desgraça do trabalhador

deixará de ser o sustentáculo de uma sociedade burguesa parasitária que se regozija no ócio de seus jogos e futilidades.

Segundo Santos (2022), na Constituição Federal de 1988, o artigo 68, estabelece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado remitir-lhes títulos respectivos”, que a categoria “comunidades de quilombos” passa a ter acesso a direitos, na medida que menciona que “quilombo”, nos períodos colonial e imperial brasileiro, era termo relacionado à criminalização e penalização.

Através de intensas mobilizações e esforços organizativos, as comunidades negras rurais, o movimento negro urbano e outros grupos apresentaram à Assembleia Nacional Constituinte uma proposta para incluir o direito das comunidades ‘remanescentes’ de antigos quilombos à posse dos territórios que ocupam. (SANTOS, 2022, p. 33)

Tal proposta foi formalizada por parlamentares envolvidos em tais movimentos e na luta antirracista. Como resultado disso foi instituído esse direito no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADC (ARGUEDAS, 2017, p.74).

Voltando ao documento oficial das diretrizes, este passou a definir que a especificidade da Educação Quilombola, como portadora de uma pedagogia própria, bem como respeito às questões étnico-racial e cultural de cada comunidade no Brasil. Fruto da árdua luta de educadores e ativistas integrantes do movimento negro e representantes das comunidades quilombolas, o documento tinha como intuito promover mudanças que perpassassem todos os aspectos, desde a administração escolar até a estrutura do currículo.

A escola é um dos principais espaços de ressignificação da cultura, condenando a invisibilidade de conteúdos voltados para a valorização desta cultura, através da valorização da história e cultura desta, uma escola no seio de uma comunidade quilombola, deve considerar o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, uma escola que, de acordo com Giovani Maria da Silva (2016), deve representar os interesses dos sujeitos que dela fazem parte, as Diretrizes colocam a escola como espaço de ressignificação da cultura, da reconstrução de identidades, da valorização das raízes regionais e étnico-culturais.

A escola ganha outro significado, sendo os (as) professores (as) elementos-chave nesse processo, assim como os sujeitos quilombolas serão convocados a

exercitar sua cidadania, pautando, sobretudo, as políticas públicas educacionais. (SILVA, 2016, p.4)

Conforme o Artigo 42 das Diretrizes, a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas devem ser reconhecidas e valorizadas sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012, p. 42).

Considerando-se esses aspectos, o tópico a seguir discutirá o conceito de “quilombismo”, com vistas a aprofundar tais discussões e contribuir do objeto central de discussão desse trabalho.

2.1 Quilombos Urbanos

O termo “quilombismo”, cunhado por Abdias do Nascimento (1980) dialoga com a concepção de quilombo urbano e se aproxima da concepção do autor quando este refere-se a “aquilombar-se”, um termo popular entre grupos negros engajados na ideia de resistência da cultura negra brasileira. Nesse sentido, “quilombo” é uma importante tecnologia social de resistência significa o “estar junto”, a fim de potencializar saberes, cultura, identidade e histórias ancestrais. Enfim, aquilombar-se é, para os negros, um jeito de ser no mundo. (BATISTA, 2019)

Paula Carolina Batista (2019) ressalta que o quilombismo, desenvolvido por Nascimento (1980), é um conceito científico histórico social, inclusive dá nome a um de seus livros, ele define o que deve representar hoje a resistência realizada pelos negros na época da escravidão.

O registro inicial do quilombismo, é um “conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira”, o autor articulou diversas áreas do conhecimento para construir sua teoria sobre o quilombo e ter elementos suficientes para propor a criação de um Estado Nacional Quilombola antirracista, livre, justo e soberano, baseado no modelo palmarino, cuja finalidade básica seria promover a felicidade do ser humano. (BATISTA, 2019, p. 406-407)

Por outro lado, para que o negro recuperasse sua memória – a história perdida de seus antepassados e da cultura africana – bem como fosse capaz de dimensionar

mais verídica e justamente sua contribuição para a construção da pátria brasileira, ele propôs mecanismos para a mobilização.

A expressão quilombo vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial. “O quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa” (LOPES, SIQUEIRA E NASCIMENTO 1987, p. 27-28).

O conceito de “quilombismo” elaborado por Abdias do Nascimento transcende a visão histórica dos quilombos como simples refúgios de resistência física durante a escravidão, sendo ampliado para abarcar uma dimensão política, social e cultural que valoriza a coletividade e a ancestralidade negra no Brasil. De modo geral, pode-se identificar que Nascimento (1980) propõe o quilombismo como uma modelo de organização e resistência contemporânea, que preserva e fortalece os laços comunitários, a identidade e os saberes ancestrais dos negros, como forma de combater o racismo e promover a justiça social.

Esse conceito também reflete a luta pela memória e pela valorização das contribuições afro-brasileiras na construção da sociedade brasileira, sugerindo a formação de um Estado Nacional Quilombola, inspirado no modelo palmarino, que visa garantir liberdade, justiça e dignidade para a população negra. Aquilombar-se passa a ser um movimento que não só resgata a história, mas também fortalece a identidade e a união, representando uma forma de estar e resistir no mundo.

2.2 Território Quilombola

De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, os territórios quilombolas são as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo elas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre ela, um território vai além da terra (INCRA, 2017 p.7)

Ressalte-se que os Territórios Quilombolas estão entre as áreas mais conservadas no Brasil, são por isso, fundamentais no combate às mudanças climáticas, porém há um levantamento atual do Instituto Socioambiental (ISA) em

parceria com a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) o qual aponta que 98,2% deles estão ameaçados por obras de infraestrutura, requerimentos minerários e por sobreposições de imóveis particulares. (Carolina Fasolo e Ester Cezar, 2024)

Quanto ao território quilombola e as territorialidades, importante mencionar que:

Elementos como a territorialidade, as relações sociais comunitárias e a formação econômica e social imprimem nessas comunidades características específicas e uma identificação étnica própria. Para os quilombolas, pensar em território é considerar um pedaço de terra para usufruto coletivo, como uma necessidade cultural e política de se distinguirem, de se diferenciarem de outras comunidades e decidirem seu destino próprio. Os territórios que habitam são tidos como tradicionais, ou seja, são espaços indispensáveis para a reprodução econômica, social e cultural da comunidade, sendo utilizados de forma permanente ou temporária (BRASIL, 2007).

De acordo com território quilombola de tal forma caracterização legal abrange não só a assim chamada ocupação efetiva atual, mas também o universo das características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades. Sendo assim, um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe à terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano.

Porém e a partir da efetiva incorporação dessas características físicas e simbólicas (a terra e a vida social específica que ocorre sobre a mesma) que os membros dessas comunidades se reproduzem física e socialmente e se apresentam modernamente enquanto titulares das prerrogativas que a Constituição lhes garante. É o domínio dessas características que acabam por vincular as pessoas ao território, e não o contrário, pois o território é o todo que garante a continuidade da vida e a comunidade e seus membros é uma de suas partes (INCRA, 2017, p.6)

Posteriormente e, por esse motivo, que ao se regularizar um território quilombola é preciso se considerar a ocupação atual das terras, mas igualmente os espaços para tanto necessários à reprodução física e social da comunidade, nos limites das características e valores cultivados pela comunidade.

Diferentes estudos apontam que obras de infraestrutura e outros projetos agropecuários e de mineração não planejados, implementados e medidos conforme expectativas setoriais e segundo metas macroeconômicas, mas desconectados das

reais demandas sociais locais, causam grandes prejuízos locais. Em Chapada de Natividade a mineração, ocorrida e que ainda ocorre, trouxe a degradação ambiental e impactos sociais de todo tipo.

De acordo com os primeiros resultados do Censo 2022 sobre quilombolas, trazendo pela primeira vez a identificação dessa população enquanto grupo étnico no recenseamento. Na pesquisa, foram contabilizados 1.327.802 quilombolas residentes no Brasil, sendo a maioria da região Nordeste (68,1%), Sudeste (13,7%) e Norte (12,5%).

Desse modo, pode-se dizer que a definição e a regularização dos territórios quilombolas não se limitam apenas à ocupação física, mas abrangem uma complexa rede de elementos culturais, sociais e históricos que caracterizam a identidade e a vivência dessas comunidades. A preservação desses territórios é fundamental não apenas para a garantia dos direitos constitucionais dos quilombolas, mas também para a conservação ambiental e o combate às mudanças climáticas, dado o papel crucial que desempenham na manutenção da biodiversidade.

No entanto, a crescente ameaça provocada por obras de infraestrutura, mineração e sobreposição de propriedades privadas demonstram a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a proteção e a integridade desses territórios, respeitando a dinâmica e as necessidades das comunidades quilombolas. Dessa forma, assegurar a continuidade de suas práticas tradicionais e culturais é um passo essencial para promover uma justiça social e ambiental efetiva no Brasil.

3 O TOCANTINS TEM PRIMEIRA COMUNIDADE QUILOMBOLA TITULADA

O presente capítulo aborda a significativa temática das comunidades quilombolas no estado do Tocantins, com foco na primeira comunidade quilombola titulado, refletindo sobre sua história, desafios e conquistas. A seção 3.1 apresenta um panorama geral do estado do Tocantins e suas comunidades quilombolas, destacando a importância cultural e social desses grupos.

A seção 3.2 explora a relação entre os quilombos urbanos e a educação, enfatizando o fortalecimento da Associação Visão de Águia na comunidade. Em 3.3, são feitos apontamentos sobre Chapada de Natividade, considerada o berço das comunidades quilombolas no estado. Por fim, a seção 3.4 discute as implicações econômicas da exploração do ouro em Chapada da Natividade, evidenciando como os benefícios dessa atividade muitas vezes são direcionados para fora da comunidade, deixando de lado os quilombolas que lá habitam.

3.1O estado do Tocantins e as Comunidades Quilombolas.

Passados 135 anos desde a formação da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, em Araguatins (TO), os descendentes de escravizados que vivem e preservam suas raízes no local enfim tiveram um direito fundamental garantido. No dia 25 de novembro (sábado), receberam do Incra o título da terra, tornando Ilha de São Vicente o primeiro território quilombola titulado no Estado do Tocantins.

Figura 1: Comunidade Ilha de São Vicente



Legenda: Famílias conquistaram direito de permanecer nas terras da comunidade Ilha de São Vicente, formada em 1888. Foto: Incra/TO.

O título havia sido assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cinco dias antes, em solenidade no Palácio do Planalto na qual se celebrou o Dia da Consciência Negra. O documento, emitido em nome da associação comunitária, dá direito ao uso da terra e não permite a venda, continuando, assim, a lógica de ocupação do espaço por diferentes gerações. O território é circundado pelo Rio Araguaia, na região do Bico do Papagaio, e abriga 70 famílias.

A história do quilombo começa em 1888, no Brasil Colônia, os meus ancestrais já estavam na Ilha quando a Lei Áurea foi assinada. Não vamos deixar isso acabar, não vai deixar ninguém tirar a gente”, ressaltou o morador Júnior Barros, ao revelar que a titulação foi apenas o início de uma vitória. “Só ficamos tristes pois muitas pessoas que batalharam por isso já não estão mais aqui. Partiram”, afirmou, ao lembrar, entre outros, do tio, o patriarca e líder da comunidade, Salvador Batista Barros, e da irmã, a educadora Fátima Barros. Ambos eram engajados na luta pela permanência e denunciavam ameaças sofridas em razão disso. (BRASIL, 2023).

Os remanescentes do quilombo tiveram a chance de expor os receios e entregaram pedido formal de proteção aos órgãos presentes. Ouviram os relatos, entre outros, a diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Cláudia Maria Dadico; o coordenador-geral do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do ministério, Carlos César D’Elia; a diretora da Câmara de Conciliação Agrária do Incra, Maira Coraci Diniz; e o conciliador agrário do Incra/TO, Geraldino Gustavo de Queiroz Teixeira.

Além do INCRA, do MDA e da COEQTO, fizeram parte do evento representantes da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), da Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais do Tocantins e da Polícia Federal. Pode-se dizer que a titulação da terra para a comunidade quilombola Ilha de São Vicente representa uma conquista histórica e legal, mas também um marco de resistência e perseverança para seus habitantes. (BRASIL, 2023).

O reconhecimento do território, após 135 anos de luta, reforça o compromisso do Estado brasileiro em preservar e garantir os direitos das comunidades tradicionais. No entanto, a vitória também destaca os desafios e as ameaças que essas comunidades ainda enfrentam, como as pressões externas e os conflitos agrários. A presença de autoridades e órgãos de mediação e conciliação agrária no evento simboliza a necessidade de apoio contínuo e vigilância para que os direitos conquistados sejam efetivamente assegurados e protegidos.

3.2 Quilombos Urbanos e Educação: fortalecendo a Associação Visão de Águia na Comunidade

De acordo com o Censo Demográfico 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, há 1.327.802 quilombolas, o equivalente a 0,65% de toda a população residente no país. A população quilombola foi incluída como grupo étnico populacional na pesquisa, pela primeira vez, representando uma das conquistas mais significativas para o movimento quilombola. No Tocantins, 12.881 pessoas se autodeclaram quilombolas, sendo que 1.328 (10,3%) viviam em territórios quilombolas delimitados e 11.553 (88,7%) fora deles. Mateiros - TO, localizado na Região do Jalapão, está entre os 10 municípios brasileiros com maior número de pessoas residentes que se autodeclaram quilombolas (43,30%).³

Dados do IBGE (2022) confirmam que no Tocantins, das 44 comunidades, apenas seis (06) possuem a delimitação do território reconhecida pela União: Grotão, Cocalinho, Ilha de São Vicente, Barra da Aroeira, Lajeado e Kalunga do Mimoso. Dos 5.568 municípios do Brasil, 1.696 possuem população quilombola, apenas 326 municípios têm quilombos delimitados, sendo que apenas 4,3% da população quilombola residem em territórios já titulados no processo de regularização fundiária. Os Territórios Quilombolas oficialmente delimitados abrigam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas⁴.

De acordo Campo (2016), as comunidades remanescentes de quilombos, no estado do Tocantins não se diferem da maioria das comunidades quilombolas em todo o Brasil, possuem um caráter rural e de famílias extensas. Dentre as 45 (quarenta e cinco) comunidades remanescentes de quilombo, duas comunidades apresentam um formato diferenciado por serem comunidades quilombolas urbanas.

3 IBGE Divulga Dados Inéditos Da População Quilombola Do País. Disponível em: [https://www.coeqto.com.br/2023/07/27/ibge-divulga-dados-ineditos-da-populacao-quilombola-do-pais/#:~:text=o%20movimento%20quilombola,-,No%20Tocantins%2C%2012.881%20pessoas%20se%20autodeclaram%20quilombolas.,88%2C7%25\)%20fora%20deles](https://www.coeqto.com.br/2023/07/27/ibge-divulga-dados-ineditos-da-populacao-quilombola-do-pais/#:~:text=o%20movimento%20quilombola,-,No%20Tocantins%2C%2012.881%20pessoas%20se%20autodeclaram%20quilombolas.,88%2C7%25)%20fora%20deles). Acesso em 13 de junho de 2024.

⁴ Maryellen Crisóstomo (coordenadora Administrativa da COEQTO), atuou na comunicação estratégica do Censo Demográfico de 2022 como consultora do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA/Brasil), avaliou que os dados representam um importante avanço para que a população quilombola possa demandar junto aos órgãos governamentais políticas públicas específicas. Mais de 80% da população quilombola do Brasil está fora de território demarcado, isso significa que a política fundiária precisa avançar, a fim de garantir outros direitos para a população quilombola do Brasil.

A comunidade remanescente quilombola “Visão de Águia”, em Chapada da Natividade – TO está estabelecida na zona urbana da cidade, na região sudeste do estado e a outra, denominada Comunidade “Dona Joselina”, situada na cidade de Medicilândia, região norte do Estado do Tocantins, mesmo assim as dificuldades não são minimizadas por essas características geográficas⁵. São percebidas desigualdades nas condições de acesso à educação e nos resultados educacionais das crianças, dos jovens e dos adultos, penalizando especialmente alguns grupos étnico-raciais, sendo que a população mais pobre é do campo.

A inserção da educação quilombola no Tocantins, encontra-se em processo inicial de construção e implementação, apenas duas (02) escolas em todo o estado são direcionadas, especificamente para o atendimento desse segmento. Um dos motivos pelos quais isso ocorre, pode ser o fato de se tratar de uma modalidade de ensino recente e também falta de vontade política e pedagógica, no âmbito da Educação Básica, considerando que foi por meio da CNE/CEB 8/12, que se definiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Vimos que o projeto de implementação da educação quilombola pode se estender para todas as escolas, mas somente duas escolas da rede estadual de educação do Estado do Tocantins o fizeram um localizado na Comunidade Mumbuca no município de Mateiros classificada como uma escola rural e outra escola na cidade de Chapada da Natividade, denominada Fulgêncio Nunes a qual é a única escola quilombola urbana no Estado do Tocantins. Esta segunda tornou-se nosso objeto de pesquisa, devido a localização e fácil acesso no período da pesquisa, em pleno contexto da pandemia do COVID 19, como também pertencer a mesma regional de ensino em que atuo como professora, além dos trabalhos desenvolvidos pela unidade escolar. (SANTOS, 2022, p. 38)

Em estudo, Silva e Araújo (2017) identificaram uma lacuna entre a prática pedagógica e a teoria proposta para implantação e implementação do currículo de educação quilombola, e ainda mencionam a falta de participação ativa por parte dos

⁵ Muitas das comunidades remanescentes de quilombos, ainda sobrevivem de agricultura de subsistência, não tem acesso permanente ao atendimento à saúde, saneamento básico e, no que se refere à educação o quadro é bem mais complexo, só as Comunidades Remanescentes de Quilombo Mumbuca no município de Mateiros, Chapada da Natividade no município de Chapada da Natividade e a Comunidade Dona Juscelina no município de Muricilândia, possuem escolas que fornecem o ensino médio.

profissionais da educação e alunos, nas ações que fortalecem a identidade dos alunos quilombolas da Comunidade Remanescentes de Quilombo “Chapada da Natividade” e da Comunidade Remanescente de Quilombo “Malhadinha e Córrego Fundo”, em Brejinho de Nazaré - TO. (SILVA & ARAÚJO, 2017).

O Censo Demográfico de 2022 trouxe avanços importantes para a visibilidade e reconhecimento da população quilombola no Brasil, incluindo-a como grupo étnico pela primeira vez. No entanto, os dados revelam desafios significativos, especialmente no Tocantins, onde a maior parte da população quilombola ainda vive fora dos territórios oficialmente delimitados. A baixa titulação de terras e a desigualdade no acesso a direitos básicos, como educação e saúde, evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas e integradas.

As escolas quilombolas no estado são poucas e enfrentam dificuldades para implementar um currículo que fortaleça a identidade e cultura quilombola, conforme proposto pelas diretrizes nacionais. Estudos apontam que a falta de participação ativa de educadores e estudantes contribui para essa lacuna, prejudicando a consolidação de uma educação que atenda às especificidades e realidades das comunidades quilombolas. A ampliação e a qualificação das ações educacionais direcionadas a esses grupos são essenciais para garantir que o direito à terra e à cultura também se reflita em um direito pleno à educação.

3.3 Apontamentos sobre Chapada De Natividade – O Começo de Tudo

Chapada da Natividade é um município brasileiro no estado do Tocantins, o nome do lugar existe desde pelo menos 1780, quando foi instalado o posto de contagem de Chapada da Natividade. O município foi criado em 28 de setembro de 1995 e instalado em 1º de janeiro de 1996. A história de Chapada da Natividade está ligada à exploração do ouro, com a descoberta de ouro nas suas terras na terceira década do século XVIII.

A cidade foi um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, perdendo apenas para Pirenópolis, e ocupou um lugar de destaque na extração de ouro. Ainda existem as ruínas dos primeiros garimpos de ouro da região. O quilombo Chapada da Natividade foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2006. Os quilombolas acreditavam na qualidade da terra plana para o plantio da lavoura e continuaram a adotar o nome do município.

Chapada da Natividade é localizada a 197 quilômetros da capital do Tocantins (Palmas), conforme o Censo do IBGE de 2022, possui uma população de 3.117 habitantes, o município possui uma peculiaridade de número de habitantes da zona rural bem próximo ao da zona urbana, sendo que a urbana é de 1656, e a rural de 1621. Até o ano 2000, a população rural era bem superior à urbana (SEPLAN, 2017).

A população da cidade de Chapada da Natividade (TO) chegou a 3.117 pessoas no Censo de 2022, o que representa uma queda de -4,88% em comparação com o Censo de 2010. Os resultados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No estado do Tocantins, a população é de 1.511.459, o que representa um aumento de 9,25% quando comparado ao Censo anterior, no ranking de população dos municípios, Chapada da Natividade está na 102ª colocação no estado, na 411ª colocação na região Norte, nas 5.017ª colocações no Brasil. Os dados do Censo também revelam que a população do Brasil é de 203.062.512, um aumento de 6,45% em relação ao Censo de 2010. A pesquisa do IBGE também aponta que a cidade em Chapada da Natividade tem uma densidade demográfica de 1,9 habitantes por km² e uma média de 3,03 moradores por residência, sendo 4,88% a taxa de crescimento populacional.

O início de Chapada de Natividade marca o período de expansão da busca do ouro no interior do Brasil no século XVIII. Segundo os registros disponibilizados pela Prefeitura Municipalⁱ em sua página virtual, em 1736 a povoação já havia sido iniciada pelo garimpeiro Carlos Marinho, também fundador do Arraial de São Felix, atualmente submerso pelas águas da represa Cana Brava em Goiás.

No início de sua formação havia uma disputa da área pelas capitânicas do Grão Pará (Pará e Maranhão), de Pernambuco e de São Paulo. Em 1733 o impasse foi resolvido pela coroa portuguesa que determinou que as minas das terras novas, Alto do Tocantins, deveriam ser incorporadas à capitania de São Paulo.

Todavia, o fluxo de extração do ouro foi curto, fazendo com que as pessoas migrassem para outras minas, reduzindo consideravelmente o número das pessoas no povoado. Na época, sua população era formada por pessoas livres, escravos e ex-escravos que tinham como propósito a extração do ouro.

Sendo assim sua fundação oficial se deu no ano de 1740 por Dom Luiz Mascarenhas, representante da capitania de São Paulo. No início da sua formação havia uma disputa da área pelas capitânicas do Grão Pará (Pará e Maranhão), de Pernambuco e de São Paulo. Em 1733 o impasse foi resolvido pela coroa portuguesa

que determinou que as minas das terras novas, Alto Rio Tocantins fossem incorporadas à Capitania de São Paulo.

Localizada a 12 km da cidade histórica de Natividade, passou a ser distrito desta a partir de 1930, permanecendo nessa condição até 1995 quando foi elevado a município (Lei N° 779, de 28 de setembro de 1995). Apesar do longo período de existência, os registros sobre a comunidade são escassos, limitados nas informações que apresentam, com o propósito de ampliar o conhecimento dos aspectos históricos, sociais e culturais. (GOV, 2024)

Comunidades quilombolas com características tais, que se assemelham as de Chapada da Natividade, têm sua formação vinculada à decadência do ciclo do ouro na região, como em comunidades de Paracatu Minas Gerais que em fins do século XVIII, quando famílias negras libertas da escravidão permaneceram na região e continuaram ocupando as terras abandonadas pelos bandeirantes mineradores. “Assim como em Paracatu, existem mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil, que se caracterizam por ser portadoras de referência à memória e cultura afro-brasileira,” com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, de acordo com o Decreto N° 4887/03. (BRASIL, 2003, p.27)

A identidade e os territórios quilombolas tem sua proteção garantida pela Constituição Federal de 1988 que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (art. 68 da ADCT). Esse reconhecimento se deu, após muitos anos de luta e reivindicação dos movimentos sociais.

3.4 O Ouro de Chapada da Natividade só beneficia os “De Fora”

Segundo os registros disponibilizados pela Prefeitura Municipal da Chapada da Natividade em sua página virtual de 2023. O seu início foi marcado, pelo período de expansão na busca do ouro no interior do Brasil no século XVIII, através da descoberta do ouro em suas terras. Com isso surgiam senhores, escravos africanos, garimpeiros, comerciantes, dentro outros, que vinham para Chapada da Natividade, com o intuito de extrair o ouro.

Segundo o relato de moradores, o ciclo do ouro foi breve, ocorreu durante o Brasil Colônia⁶, de acordo com o IBGE⁷ em 1740, Dom Luís de Mascarenhas, o governador daquela capitania, veio pessoalmente e, após tomar posse dos veios auríferos de Arraías, durante um ano andou nesta região, procurando deixar os arraiais em paz, inclusive o de Chapada, cuja povoação já havia sido iniciada em 1736 pelo garimpeiro Carlos Marinho, que, na mesma época, fundou o Arraial de São Félix (hoje sob as águas da represa da Usina de Canabrava em Goiás).

Ainda de acordo com o IBGE, no século XVIII, a coroa portuguesa visando resguardar sua arrecadação na Capitania de Goiás, instalou postos de fiscalização e arrecadação dos tributos incidentes sobre animais em trânsito de uma capitania para outra. E ainda, como os 'registros'⁸ fiscalizavam o ouro, as 'contagens' eram especializadas na tributação de gado e outros animais.

Tendo em vista que a mineração caiu no esquecimento por parte de quem a realizava, aqueles que sempre vinham de fora, de outra cidade e Estado. Porém, no século XX, precisamente a partir de 1980 novos filões de ouro foram descobertos no povoado, despertando a atenção de muitos garimpeiros para o local. O povoado sossegado e com apenas poucas ruas, de repente viu-se recebendo forasteiros de vários lugares do país em busca do sonho de conseguir a riqueza através da garimpagem.

Essa nova procura pelo ouro mudou a calma da comunidade local, que de maneira artesanal, havia homens e mulheres que trabalhavam no garimpo, o depoimento de um garimpeiro, que veio em busca do ouro e depois permaneceu morando na cidade e continua a trabalhar no garimpo, relata que durante esse período de vigência no garimpo, teve um fluxo grande de pessoas para as minas de ouro, gerando também uma maior circulação financeira no comércio.

Na década de 1980, quando ocorria a mineração, era comum a presença de vendedores ambulantes denominados de “mascates” com suas barraquinhas

⁶ O Brasil Colônia. Referem-se ao período no qual o atual território brasileiro - entre, mais ou menos, meados do século XVI e o início do XIX - estava submetido ao jugo colonial do Reino de Portugal. Durante esse período, a economia e o sistema social da colônia estavam marcados, principalmente, pelo predomínio da mão-de-obra escravizada e pela economia de exportação de gêneros coloniais como açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão entre outros.

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/chapada-da-natividade/historico>

⁸ O cargo de provedor do registro foi criado no contexto dos descobrimentos de minas de ouro e prata na colônia, com a finalidade de fiscalizar a circulação desses metais e evitar descaminhos e contrabandos. Disponível em: <https://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/199-provedor->

coloridas que vendiam roupas, redes, cobertores e sapatos para a população. Algumas pessoas abriram pequenos restaurantes e os bares também surgiram em maior quantidade, isso segundo infamações dos próprios moradores, pois é muito comum essas histórias por parte de pessoas da cidade e até mesmo em nossas famílias, memórias que já estão incorporadas a história do lugar, porém, elaborei algumas perguntas e entreguei para a associação, no sentido de complementar a pesquisa bibliográfica realizada em artigos, TCC, dissertações e ainda em fotografias.

Nos anos de 1994 começou a extração do ouro pelo sistema manual, utilizando instrumentos como picareta, Lebanca e enxada. Ou seja, tudo era feito “nos braços”, sem máquinas modernas, apenas com o auxílio de bombas d’água para lavagem do material. Os homens desciam nas cavidades subterrâneas denominadas de caixas, algumas com alto nível de profundidade, para realizarem escavações, sem nenhuma estrutura de segurança ou Equipamentos de Proteção Individual, segundo informações dos moradores.

Um senhor que trabalhou no garimpo naquela época, chamado Juarez Santana e que hoje tem 53 anos, relatou sua experiência naquela atividade, descrevendo da seguinte forma: “Só o pessoal que trabalhava dentro da caixa que desciam no guincho e tiravam o material para fora. Tinham o moedor, tinha o carregador do material lá para o pé do moinho, moía o dia, moía a noite e nós trabalhávamos de dia e de noite, só para receber o ouro”. (Relato em 20 de julho de 2022)

Em 1997, começou a se movimentar a chegada das máquinas, e até hoje continua com a movimentação da mesma, a mão de obra foi se aperfeiçoando. Independentemente da quantidade de ouro retirada, a população não recebeu benefícios e as consequências para o meio ambiente ficaram sem receber reparação ou qualquer medida para preservação ambiental.

Houve casos de garimpeiros que ficaram ricos, pegaram ouro em um dia, ou em uma noite, conseguindo retirar em um filão cerca de 750 gramas a um quilo de ouro. No entanto, não investiam e nem ficavam na cidade, geralmente retornavam para a sua terra de origem, mas outros permaneceram na cidade e construíram seu patrimônio.

Sendo assim o primeiro garimpeiro foi o senhor Isidoro Dionísio (in memoriam), que descobriu a mina de ouro e começou a garimpar, depois apareceu o senhor Damásio que ele fez dupla com o mesmo, tudo era realizado ainda manualmente.

Todavia foram chegando pessoas da noite para dia, tudo muito rápido, o pequeno povoado foi se tornando uma cidade agitada, com muitas pessoas diferentes.

O processo de água encanada e energia elétrica demoraram a chegar ao povoado, nessa época, a água era proveniente de cisternas nos quintais (poços com baldes e cordas na carretilha) e dos mananciais existentes, a energia elétrica não existia e usavam candeia (conhecida em algumas regiões como lamparina ou candeeiro).

Figura 2: O primeiro garimpeiro



Senhor Isidoro Dionísio de Santana (in memoriam), que descobriu a mina de ouro e começou a garimpar manualmente. Fonte: divulgada pela filha Florentina.

No relato da senhora Francisca Santana, mencionou a “Fonte do Chafariz”, que hoje possui uma feira coberta no local, porém, existia uma bica em que as famílias enchiam os potes e buscavam água para cozinhar, lavavam roupas e vasilhas. Na década de 1980, foi construída uma quadra de esporte na cidade, onde crianças e jovens, inclusive eu jogava bola. No local também aconteciam os eventos religiosos e demais eventos municipais da cidade. Hoje ela foi reformada, e é a Feira dos Agricultores.

Figura 3: Imagem da primeira quadra de esportes, hoje, a Feira Coberta dos Agricultores, Laércio Dias.



Fonte: Acervo da Pesquisadora (2024)

Em termos de lazer para as crianças da comunidade, havia um lugar para esse fim, era o principal divertimento das crianças, em perfeito funcionamento, uma fonte denominada “Lapinha”, porém, hoje por falta de conservação encontra-se submersa e sem condições de uso. O mato tomou conta do local que se encontra de difícil acesso.

A Lapinha no passado era muito bem asseada, de acordo com as moradoras do local, tinha uma água pura, a população local que hoje já são adultos foi criada bebendo água da Lapinha. Ela repete que “era água boa, toda vida foi limpa, agora não serve para mais nada”. O que se sabe é que na fonte, que é subterrânea, há um forno construído, com a chegada dos garimpeiros passaram a denominar de “forninho”.

Há relatos sobre a origem do “forninho”, havendo uma divergência quanto a sua construção, uns acreditam que a data de construção da mesma data da época da escravidão, sendo construídos pelos escravos, outros afirma que é mais recente e foi construído pela própria população local como forma de preservar a higienização da fonte. Sendo assim Lapinha era onde a população local pegava água para diversas outras utilidades como lavar, regar as plantas, isso ficou em minha memória, pois fez parte da minha trajetória de vida:

Figura 4: Primeiro processo de restauração do “forninho”.



Fonte: Associação dos quilombolas de chapada da Natividade no Facebook: www.facebook.com/QuilombolaPovoForte, (Acesso dia 24 de setembro de 2024.)

Os nossos anciãos agradecem pelo empenho do prefeito Quilombola e sua equipe empenho na busca desta relíquia do nosso antepassado. Tenha uma beleza e imensurável e histórica regada de muito mais amor, a felicidade nos olhares de cada um e simplesmente radiante. Tantos dos anciões quantos dos jovens, crianças, pois eles contam os estanhos como se tivesse vendo a cenas que ficou agora só na memória. Certamente é uma relíquia que o forninho tem uma grande beleza, principalmente para os moradores, os que conviveram com a utilização dele, fez parte da territorialização de Chapada de Natividade.

A fonte de água era vista pela funcionalidade substancial para a coletividade, por muitos anos foi o único local para obtenção de água potável. No que se refere ao uso coletivo, a “Bica” foi, no passado, um espaço delimitado por características femininas de uso doméstico”, em que o pessoal lavava roupa e até hoje mesmo, recordam sobre o pessoal que lavava roupa”. Muitas dessas mulheres do passado, hoje já são mães, avós de atuais moradores, muitas já falecidas.

Porém, os moradores mais velhos recordam que frequentam aquele lugar para relembrem de suas mães, associando a elas um dos motivos por frequentar o local,

local em que as mães lavavam roupas, e que eles as acompanhavam, era também lugar de lazer, de territorialização e isso remete ao estudo realizado por Santos (2003):

[...]. Elas perpetuam na memória de quem quer falar do passado dos seus grandes varais esticados, de suas roupas, e das tinas; um espaço, portanto, marcado pelas idas e vindas femininas. Neto (2005) ao analisar as lavadeiras, destaca o fato que essa prática de lavagem de roupas, historicamente no Brasil, se definiu como forma de sustento exercida eminentemente por mulheres. Apesar da existência de homens que tenham sustentado suas famílias exercendo esta atividade, enfatiza como estes logradouros públicos serviram de cenário e experiência de práticas femininas. As crianças ocupavam esse cenário juntamente com as lavadeiras. É concebida, portanto, como espaço que remete à “infância”, um local marcado pela socialização de crianças, brincadeiras e de jogar bola, espaço de vivência do lúdico e do lazer, a rua é formada de espaços públicos que se transformam em espaços de socialização (SANTOS, 2003).

Também a minha infância foi na “Bica”, nos brincávamos muito lá, na época era nosso campo de futebol nossa trave ficávamos jogando o nosso futebol que na época nos chamávamos de rebatida e tinha as senhoras querendo lavar as roupas então dava muita confusão, porque crianças queriam mesmo era jogar bola e as senhoras queriam trabalhar, porém era muito bom, eram tempos de quietude.

Chapada da Natividade quando povoado contava com apenas duas ruas principais e uma viela, levando bastante tempo para ampliar o número de ruas e de casas. Um lugar diferente, os casarões e casas de adobe, com casas simples de tijolos e casas populares dos conjuntos habitacionais que expandiu a cidade após a sua emancipação política.

Porém o lugar fez parte de minha infância, e de outras crianças e adultos, que hoje já são adultos e mãe pai de família. Como patrimônio histórico possui uma igreja de pedra, Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos, cuja construção ficou inacabada e também necessita de Cuidados de preservação.

Há ainda a igreja velha que leva o nome da padroeira da cidade, Igreja de Nossa Senhora de Sant’Anna. Com uma arquitetura própria de igrejas do século XIX. No passado, parte dela desabou, segundo os moradores mais antigos, a parte que ficava após o altar, ainda sendo possível visualizar no solo as marcas do seu baldrame. Contudo relatos também denunciam que havia muitos objetos sacros feitos em ouro maciço e que tiveram rumo ignorado pela população após o desabamento da parte da igreja.

Não sabe se foram roubados ou se a paróquia deu a eles outro destino em outras igrejas. A Imagem abaixo apresenta também imagem das ruínas da Igreja de

N. Sr.^a do Rosário que foi construída por negros escravizados nas minas de ouro no século XVIII, e fica localizada em Chapada da Natividade, situada na região Sudeste do Estado do Tocantins, a cerca de 220 km de Palma, a capital do Estado do Tocantins.

Figura 5: Igreja de Nossa Senhora Sant'Anna construída no século XVIII, vista dos fundos, antes de seu desabamento.



Fonte: Igreja de Nossa Senhora Sant'Anna Matriz, Igreja caiu após dias de chuva em Chapada da Natividade — Foto: Divulgação.

Segundo o prefeito municipal Elio Dionizio de Santana, 50 anos, foi colocada uma estrutura para a igreja não desabar devido ao tempo chuvoso no município, por isso foi feito também o isolamento da estrutura para não correr o risco desabar. De grande representatividade para os moradores, e que remete ao patrimônio histórico local, são as ruínas da Igreja de Pedra, Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos, cuja construção ficou inacabada.

Uma das grandes reivindicações da comunidade são os cuidados de preservação, dessas ruínas e de outras construções que também necessitam de cuidados patrimoniais. Em 2013 com a chegada do Padre Adriano José, esse tentou recursos para a sua restauração juntamente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para tentar uma possível restauração, mas com sua transferência para outra paróquia, a campanha não teve prosseguimento.

Em 2023, parte dela desabou, a parte que ficava após o altar, ainda é possível visualizar no solo as marcas do seu baldrame. A igreja fica no fim da Avenida 26 de julho rua principal da cidade, não era utilizada para celebrações desde 2004, a comunidade está perdendo parte de sua história. A Igreja de pedra, a fonte da Lapinha e as ruínas das minas antigas, da época da primeira extração do ouro, ainda quando era Vila da Chapada, no século XVIII, se constituem como sítios arqueológicos do município, todavia ainda não foram tombadas pelo IPHAN. A comunidade necessita do registro escrito da sua história e dos seus aspectos culturais, uma vez que muito já se perdeu e pode se perder com o falecimento dos seus anciãos.

Os festejos de Nossa Senhora de Sant'Anna, padroeira da cidade e Divino Espírito Santo, marcam a religiosidade, movimentando a comunidade no mês de julho. Tradicionalmente, no Brasil, a festa do Divino possui uma data flexível, sendo comemorada no calendário católico, 50 dias após o domingo de páscoa, porem em Chapada da Natividade e difere, e no mês de julho, assim como em alguns municípios do Estado.

Portanto a mudança no calendário se deve às dificuldades que havia em encontrar padres disponíveis para ir ao município realizar as novenas no período, tendo em vista que o Divino Espírito Santo é festejado em muitas cidades do Estado e o número de padres era insuficiente para atender à demanda. Objetivando facilitar essa problemática, os festejos foram transferidos para o mês de julho, juntamente com o da padroeira da cidade.

Visto que, no que se refere à cultura dos povos Chapadenses e marcada pelas culturas expressivas como tradições religiosas, danças, músicas e costumes, na maioria herdada dos colonizadores portugueses, dos povos, africanos e Afrodescendentes, que foi escravizado nas minas de ouro, e essas tradições foram passadas de geração em geração se mantendo viva como identidade desses povos até os dias atuais. Ao que concerne identidade, o autor expressa que a afirmação de

identidade tem origem na relação entre a medida coercitiva do Estado sobre os indivíduos.

A imagem a seguir apresenta a Igreja de Nossa Senhora Sant'Anna, construída no Século XVIII, este era um local de expressar a fé e a devoção dos fiéis e também onde eram rezadas as missas dos festejos e os batismos da população. A prática dos festejos é antiga na cidade, está ligada ao início do povoado. Pois quando me entendi já tinha os festejos aqui, não sei contar como foi o começo, mas que já faz muitos anos.

Figura 6: Igreja de Senhora Sant'Anna, chamada de Matriz Velha e a Padroeira Sant'Anna.



Fonte: Acervo da Pesquisadora (2024)

O Divino Espírito Santo ou pentecoste é uma manifestação de cunho religioso do catolicismo, que acontece em vários lugares do Brasil. Foi dinamizada no Brasil pelo colonizador. Segundo Souza e Ertzogue (2013, p. 4) “Essa festa chegou ao Brasil por meio da colonização dos portugueses no século VXIII, o na qual a sua origem foi na Europa”.

As festas em celebração à Pentecostes ou festas do Divino Espírito Santo, tiveram sua origem em Portugal com expansão do seu culto por toda a Europa Ocidental, durante o século XII, com grande influência fomentadora de ordens religiosas, como os franciscanos; (SOUZA; ERTZOGUE, 2013, p. 4).

As festas do Divino Espírito Santo foram levadas para várias regiões do Brasil com religiosos adeptos ao catolicismo, e assim como na região do Norte de Goiás, hoje atual Estado do Tocantins, a festa acontece na região desde 1904, sendo que

segundo Souza e Ertzogue (2013, p. 5) “boa parte da cultura que encontramos hoje sendo repassada de geração a geração, pela interferência familiar de migrações ou pelo próprio processo de colonização da então região norte de Goiás”. Ou seja, a cultura tocantinense foi constituída com a formação do estado tem sido passado de gerações para gerações. No entanto, com identidade própria.

As comemorações em razão aos festejos do Divino Espírito Santo podem ser festejadas no Estado do Tocantins, segundo Souza e Ertzogue (2013, p.5) “nas cidades da região sudeste e central do Estado do Tocantins como Almas, Chapada da Natividade, Natividade, Santa Rosa, Silvanópolis, Peixe, Conceição do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Araguacema, Araguaçu, com destaque para Monte do Carmo e Natividade.” Dessa forma, as festas religiosas acontecem em várias cidades com datas diferentes.

Os festejos do Divino Espírito Santo em Chapada da Natividade–TO, acontecem no mês de junho e julho. A primeira passa para realização dos festejos acontece um ano antes, que é quando escolhe o imperador, a rainha e os capitães do mastro por meio de sorteios no dia 27 de julho durante a missa do imperador velho.

Sendo assim um novo trabalho começa em torno da realização, reuniões, muito diálogo e além de tudo muita fé para que tudo ocorra bem. O imperador é um dos principais agentes responsáveis para realização da festa, ao ser ele com a população que organizará o evento. Tendo em vista que, no mês de junho ocorrem as saídas das folias para o giro de 30 dias, ou seja, grupos de pessoas saem com intuito de evangelização e fazer o convite para as festas e arrecadar donativos para auxiliar na realização dos festejos.

Contudo o giro é um percurso de casa em casa na maioria das vezes na zona rural e os foliões percorrem montados em cavalos, pousam à noite em determinada casa que é denominada de pouso. O pouso, além de ser ambiente para os foliões pernoitar é também um momento de fé e orações de socialização entre comunidade, nesse momento após o jantar, rezam benditos, cantam catiras, rodas e dançam a Sússia⁹.

⁹ A sússia tem sua origem nos descendentes dos africanos que vieram trabalhar nas minas de ouro no antigo norte da província de Goiás, permanecendo até os dias de hoje em algumas cidades do norte do Tocantins. Nas cidades de Natividade, Monte do Carmo, Arraias, Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Conceição do Tocantins, Peixe, Tocantinópolis e Chapada da Natividade, a sússia se destaca nas festas religiosas do catolicismo popular, como por exemplo, a Festa do Divino e Folia de Reis. Também ocorrem apresentações em eventos na capital Palma, em escolas e comunidades nas cidades do

A Sússia nos festejos é dançada durante o giro das folias, que pousam todos os dias em casas diferentes, depois de jantar e rezar o bendito sai para o terreiro dançando e cantando a Sússia e várias pessoas dançam, após o momento de evangelização acontece esse rito que a Sússia.

Segundo Santos (2010) pontua que ao celebrar festas religiosas como a do Divino Espírito Santo, os sujeitos tornam-se únicos através dessas práticas culturais. Dançar, cantar e orar, sem contarmos ainda com as promessas, romarias, procissões e festejos que são elementos da religiosidade que aproximam as pessoas e lhes dão um sentido de comunidade. (SOUZA; ERTZOGUE, 2013, p. 8).

Entretanto é tradicional na cidade os giros das folias, partindo em direção zona urbana e zona rural. Sendo que há um dia específico para a saída, ainda no mês de junho e outro para a chegada, já no período das festas. As folias saem dia 16 de junho e chegam a 16 de julho, que faz o giro de 30 dias. Posto isto, o giro da folia é representado por alferes e folião e arrieiro, que fazem um percurso de 30 dias evangelizando levando a Santas palavras de Deus em cada casa, levando a boa nova da ressurreição de Jesus Cristo.

Além de cada noite tem um responsável pela novena do dia 17 até o dia 25, porem no dia 25, acontece a Festa do Capitão e o levantamento do Mastro de Sant'Anna em que ele é levado de sua casa até a porta da Igreja Matriz em cima de um mastro de aproximadamente quatro metros de altura. Ainda no dia 26 às 8h da manhã será realizada a Missa Solene da Padroeira. Ainda no mesmo dia, 26 a noite tem o levantamento do Mastro do Divino Espirito Santo. A população acompanha o mastro até a Praça da Igreja, regada de músicas e iluminados por velas.

Percebe-se que as festas do Divino Espirito Santo realizadas pela comunidade remanescente quilombola de Chapada da Natividade - TO tem caráter religioso como também social e de afirmação de identidade. Certa vez que a festa religiosa reúne devotos ao santo para um momento de renovação de fé e também momento de reencontro entre a população que vive na comunidade e as pessoas da comunidade que moram em outros lugares, mas fazem questão de estarem presentes nesta data festiva.

interior do estado e também em algumas regiões no norte de Goiás. Seus praticantes chamam-na também de suça. Considerada uma dança afro-brasileira, a sússia, que existe há mais de cem anos, permanece até hoje principalmente nas comunidades remanescentes de quilombolas (SILVA, 2018, p. 251).

Figura 7: As três bandeiras do Divino Espírito Santo



Fonte: Acervo da Pesquisadora, 2023.

Contudo, a Bandeira do Divino Espírito Santo é tradicional levando em procissão alferes e foliões que percorre casa em casa e órgão público, onde os fiéis fazem ofertas e doações, e também sua reverencia ao Divino Espírito Santo. Folia é uma tradição católica, vinda de geração em geração com um ato de fé que se representa o Divino Espírito Santo retratado em uma bandeira vermelha com sete fitas que é símbolo dos sete dons do Espírito Santo: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade, Temor de Deus.

Contudo acontece a Esmola Geral, uma procissão na qual a população e os Alferes das folias saem pelas principais ruas de Chapada da Natividade/TO com a Bandeira da Misericórdia, e as bandeiras do Divino Espírito Santo que são dos devotos e a Banda Municipal filarmônica Sant'Anna acompanha nas ruas principais visitando os moradores e pedindo donativos para a festa geral.

Neste festejo da Igreja Católica, o Reinado simboliza a ideia de que Cristo deve ser louvado como Rei, mas não como Rei para si mesmo, mas sim manifestada através da crença do povo de Deus. Sendo Deus que é o centro da vida e missão de Jesus e da Igreja. Na véspera do dia da festa, acontece o ápice¹ da festa do Divino Espírito Santo que é a coroação e Festa do Imperador. Ainda se a igreja recebe os últimos preparativos como a decoração em geral, os pãezinhos da sorte do Imperador, a banda da cidade que se prepara para tocar durante o cortejo, os devotos trajados

de vermelho e muitas pessoas das cidades do interior chegavam para acompanhar a festa.

O Imperador sai em cortejo pelas ruas até chegar à porta da igreja com a bandeira da Misericórdia, os Alferes das três folias, jovens representando os sete dons do Espírito Santo, crianças vestidas de anjinhos, porta-almofada porta-bíblia e dentro de um quadro: o Imperador com sua família e amigos, além do Capitão do Mastro e a rainha, logo atrás o ex-Imperador e capitães, seguidos pela banda municipal e a população.

Assim no final do cortejo, a bandeira da Misericórdia saúda o Imperador e sua família na porta da Igreja Matriz e o Padre os recebe, onde realiza a coroação do Imperador. Após a coroação, inicia-se a Missa Solene e, em seguida, é realizado o sorteio do Imperador e Capitão para a festa do ano seguinte.

Figura 8: Coroação do Imperador e cortejo para a Missa Solene e em seguida o reinado



Fonte: Acervo da Pesquisadora (27 julho de 2024)

A Festa do Divino Espírito Santo é uma tradição quem vem de geração em geração. Portanto a tradição e a cultura local, como a Festa da Padroeira Nossa Senhora Sant'Anna e do Divino Espírito Santo e a Folia, contribuem para a territorialização do lugar, as pessoas esperam com ansiedade e alegria pela comemoração do ano seguinte. Quem está distante, quer voltar para participar.

4 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS VISÃO DE ÁGUIA E ASSOCIAÇÕES DOS AGRICULTORES QUILOMBOLA REGIÃO SEGREDO DO JERÊRÊ FORTALECENDO O TERRITÓRIO QUILOMBOLA

O presente capítulo analisa o papel da Associação Comunitária dos Quilombolas Visão de Águia e da Associações de Agricultores Quilombolas na Região do Segredo do Jererê, com o objetivo de fortalecer o território quilombola. A seção 4.1 discute as diversas associações comunitárias e sua relevância para a organização e mobilização da comunidade. Em 4.2, são apresentadas as políticas implementadas pela Associação Visão de Águia, destacando suas iniciativas e impactos. A seção 4.3 avalia as ações da associação em relação ao seu público-alvo, considerando tanto as conquistas quanto os desafios enfrentados (avanços e recuos).

Em 4.4, a discussão se volta para o acesso da população quilombola aos serviços conquistados, questionando se os benefícios realmente chegam à comunidade. A seção 4.5 traz à tona a colaboração entre a Associação Visão de Águia e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto), denunciando os impactos negativos da mineração na região. Por fim, a seção 4.6 explora a contribuição do Serviço Social na comunidade quilombola de Chapada da Natividade, enfatizando a importância de intervenções sociais para a promoção da justiça e equidade.

4.1 As Associações Comunitárias

Segundo documentos da Associação dos Agricultores Quilombolas Região Segredo Jerere, vista disso a sua atividade na associação é em defesa do direito social, das organizações associativas ligadas à cultura e às artes e associações associativa não especificada anteriormente.

É uma Associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigir, desde que preencham os requisitos do Decreto Presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, independente de classe social, nacional, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

Associação dos Agricultores quilombolas região segredo Jerere, possui 84 famílias cadastradas na associação, Associação Comunitária dos Quilombolas “Visão de Águia” da cidade de Chapada da Natividade - TO nasceu com o intuito de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos e interesses dos remanescentes e/ou descendentes quilombolas da Comunidade Chapada de Natividade.

A criação da associação, na comunidade remanescente de quilombo Chapada de Natividade, localizada no município de Chapada da Natividade – TO se deu quando os moradores iniciaram uma busca por reconhecimento de remanescente de quilombola, desde 2001 através de pesquisa, entrevistando e colhendo informações de moradores mais velhos.

Em 2004 foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, posteriormente certificada. Enquanto, o processo de criação e implantação da Associação se deu no ano de 2010, seis (6) anos depois da identificação e autor reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo.

Conforme lavrado em ata, reuniram-se no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, com o intuito de montar uma Comissão das famílias quilombolas para receberem benefícios, tais como: merenda escolar, bolsas para os interessados em estudar, moradia e dentre outras. Ainda, na mesma reunião tiveram a votação para o nome da associação e representantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Durante todo este período, já se passaram seis equipes na Gestão Bienal da Associação (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS “VISÃO DE ÁGUIA”, 2023)

Na ocasião, a assistente social, a senhora Luiza Souza, (in memoriam) iniciou a reunião explicando a importância da criação da referida Associação, para lutar pelos interesses da comunidade Chapadense, destacando a importância e o seu objetivo, educacional, artístico, esportivo e comunitário social para o progresso cultural e comunicativo do município de Chapada de Natividade, estado do Tocantins.

Em razão disso, a Associação comunitária do Quilombola Visão de Águia, nasceu com o objetivo de trabalhar pelo desenvolvimento social, organizando e defendendo os direitos do cidadão da comunidade, atendendo no artigo 5º inciso XVIII e XXI e o artigo ¼, parágrafo 2º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Associação foi criada visando seguir os princípios norteadores da liberdade, fraternidade e igualdade a todos os sócios, sem discriminação de qualquer natureza.

Sendo que a Associação Visão de Águia de Chapada da Natividade é uma entidade civil de direito privado, fundada em 16 de março de 2010, a partir do registro em cartório competente, com sede e foro na cidade de Chapada da Natividade -TO, na Avenida 26 de julho, s/n, centro, (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS “VISÃO DE ÁGUIA”, 2023)

A Associação Comunitária dos Quilombolas “Visão de Águia” da cidade de Chapada da Natividade - TO foi fundada no dia dezesseis de março de dois mil e dez (16/03/2010), com sede situada, a Rua 26 de julho, S/N, Centro, CEP. 77.378-000 Chapada da Natividade - TO, a partir do registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

É uma Associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigir, desde que preencham os requisitos do Decreto Presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, independente de classe social, nacional, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

A Associação Comunitária dos Quilombolas “Visão de Águia” da cidade de Chapada da Natividade – TO foi criada para buscar parcerias, em prol do crescimento de membros da associação em questão, através da equipe da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e associados, adotando práticas de gestão administrativas com transparência, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, ilegais ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, sobretudo, na luta por direitos quilombolas.

Os primeiros gestores de 2010-2012 foram: Pres. - Edvards Dias Cardoso, Vice - Neima Dídimas dos Santos, no qual o senhor Edvards, só registrou a associação e teve que se ausentar e a Vice - Neima Dídimas dos Santos assumiu a gestão, que durante sua gestão, com a ajuda do prefeito o Senhor Djalma Carneiro Rios, conseguiu o automóvel, para o nosso município, e foi através da nossa associação que conseguimos uma retroescavadeira. Ações que na opinião dessa gestão, contribuíram para o município crescer. Abaixo, gestores da associação ao longo dos anos:

- 2013 – 2015 Pres. - Aline Pires de Santana Vice, Jovelina Pinto de Cerqueira;
- 2015 – 2017 Pres. - Jovelina Pinto de Cerqueira Vice, Justina de Almeida Nunes

- 2017 – 2019 Pres. - Edinalda Alves de Araújo Santana, Vice - Justina de Almeida Nunes;
- 2019 – 2021 Pres. - Auderina de Jesus Reis, Vice - Beatriz Dionísio de Santana
- 2021 – 2023 Pres.- Aldevino Gonçalves de Oliveira, Vice- Katiane Dionizio de Santana
- 2023 – 2025 Pres.- Fellipe Dionizio de Santana Vice, Auderina de Jesus Reis Furtado

A associação foi criada para dar visibilidade à comunidade quilombola de Chapada da Natividade. Muitos projetos só acontecem através do CNPJ. Sua implantação não foi fácil, devido à comunidade não ter muita experiência com associação, foi necessário buscar ajuda de pessoas de fora para orientar. A organização das comunidades em associações de comunidades remanescentes de quilombos está prevista na legislação e é fundamental para a titulação da terra, proteção dos conhecimentos tradicionais e licenciamento para atividades de subsistência.

A associação é um grupo de pessoas que se organiza em busca da resolução de problemas comuns a todos e todas, ou para melhor administrarem sua comunidade, sendo que para isso se regularizam junto ao cartório e passam a ser representada de forma jurídica. É de suma importância ter uma associação na comunidade quilombola, pois ela será a representante jurídica no processo de regulamentação do território e reconhecimento de identidade, pois se faz necessário que as pessoas associadas sejam da comunidade e que sejam quilombolas.

Figura 9: Mosaico de fotos das ações realizadas no Quilombo Urbano



Fonte: As associações dos quilombolas de Chapada da Natividade no Facebook. <https://www.facebook.com/QuilombolaPovoForte>, (Acesso dia 24 de setembro de 2024.)

Portanto, os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também a herança, recebimento de terras como pagamento de servos prestadores de serviço ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de terras de preto, ou território negro, tal como é utilizada por vários autores, que enfatizam a sua condição de

coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (SANTANA, 2023)

Ao falarmos em quilombo, surge no imaginário, a ideia de um local isolado e habitado apenas por negros, estes fugidos do sistema escravista, das grandes fazendas produtoras de café ou núcleos urbanos e minerários. Não se sabe exatamente a época de formação dos primeiros quilombos no Brasil, o que provavelmente não coincide com a data de chegada dos primeiros negros trazidos da África.

Os antigos quilombos eram formados em sua maioria por negros fugidos do sistema escravista, no entanto, poderia encontrar nestes quilombos: brancos, índios, ladrões, padres, vendedores, donos de tabernas, escravos que viviam em senzalas entre outras pessoas que mantinham relações comerciais com os quilombolas.

Desmistificando a ideia de isolamento total dos quilombos, pois os mesmos necessitavam deste contato com a sociedade circundante, para obter gêneros alimentícios que não eram produzidos nas terras que habitavam. Muito tempo se passou desde a formação dos primeiros quilombos no Brasil. Atualmente, segundo dados da Fundação Cultural Palmares, existem 2.474 comunidades quilombolas certificadas no país, sendo no Estado do Tocantins 38 comunidades localizadas de norte a sul do Estado.

O processo de reconhecimento e certificação das comunidades como remanescentes de quilombos, teve uma dinamização a partir da aprovação do decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 que segue sob o seguinte enunciado “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. (BRASIL, 2003)

Essa dinamização é decorrente da facilidade que o referido decreto proporciona as comunidades para se auto reconhecerem como remanescentes de quilombos, conforme o artigo 2º deste decreto: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Como já foi mencionado, no estado do Tocantins existem 39 comunidades quilombolas, que compreendem o patrimônio cultural estadual. Associações quilombolas e representantes de comunidades se reúnem para discutir planos de vida e a criação de fundos comunitários. A partir disso, elabora-se um planejamento estratégico e de ações necessárias para se alcançarem os objetivos definidos pela comunidade.

O Código Civil (Lei nº 10.406/02) define as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (art. 53). E a Constituição Federal garante o direito à livre associação, mas proíbe o exercício de determina. A Constituição Federal garante o direito à livre associação, porém proíbe o exercício de determinadas atividades descritas em lei, tais como as atividades de caráter paramilitar.

Desta forma, as associações constituem um agrupamento de pessoas, com uma finalidade comum que perseguem a defesa de determinados interesses, sem ter o lucro como objetivo. Portanto, são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se formam pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultados financeiros entre elas. Toda a renda proveniente de suas atividades deve ser revertida para o cumprimento dos seus objetivos estatutários.

Sua finalidade pode ser altruística – como uma associação beneficente que atende a uma comunidade sem restrições qualificadas – ou não altruística, no sentido em que se restringe a um grupo seletivo e homogêneo de associados (que é o nosso caso aqui da ACID). Geralmente, trata-se de uma associação sem fins lucrativos, estável no tempo e gerenciada de maneira democrática, isto é, todas as decisões que se tomam dentro da mesma são previamente comensuradas entre os integrantes.

O fato de estar dotada de pessoa jurídica implicará que a mesma é uma pessoa diferente à de seus sócios e que então seu patrimônio é próprio e deverá ser empregado sempre em ordem para conseguir os fins propostos e não para uso pessoal de algum de seus sócios. Por outro lado, a liberdade de associação ou direito de associação, é um direito humano que consiste na facilidade de que dispomos os seres humanos de nos unir e formar grupos, associações ou organizações livremente com objetivos lícitos, bem como também a liberdade de nos retirarmos das mesmas em caso de assim o quisermos.

A liberdade de associação é um prolongamento natural das liberdades de pensamento e de reunião e por tanto, igual que as mencionadas liberdades supõem um direito de primeira geração desde que realize com fins pacíficos e para conseguir um objetivo que de jeito nenhum se contraponha à lei ou ao bem comum. Por outra parte, quando se cria uma relação determinada entre objetos e ideias se costuma falar disso em termos de associação.

Poderão associar-se aqueles que tiverem 16 anos completos, devendo haver autorização expressa dos pais ou responsável antes dos 18 anos completos, os quais sejam de fato remanescentes de quilombo, ou seja, haja a comprovação deste como remanescente de quilombola da Comunidade Chapada de Natividade, de modo que para seu ingresso, o interessado deverá preencher uma ficha de inscrição cadastral na sede da Associação, onde terá o seu nome lançado no livro de associados com indicação de seu número de matrícula após análise feita pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, e devendo o interessado.

Todavia a Associação tende apresentar novos associados que foi aprovado pelo membro da associação em assembleia geral com seguintes nomes; Mariana Ciqueira Costa, Zenaide Moreira da Silva, Antonio Marcos Dionisio de Santana, Georgia Onofre Santana, Josias Dionizio de Santana, Dayllan Cardoso Cerqueira, Sidinei Sena Gomes, Daniel Bailon da Silva, Beatriz Sthefane de Sousa Guimarães, Rosirene Ferreira de Jesus Silva, Irani Francisca Pinto da Cunha, Edilson Carvalho de Araujo, Iris Teixeira Dias, André Luiz Gonçalves de Freitas, Noélia Gonçalves de Freitas, Brena Cardoso da Silva, Ana Flavia Antônio Gonçalves.

Sendo no total de 18 novos associados aprovados de julho de 2023 a abril de 2024. Contudo tende associados residente 275, associados pertencentes 334, associados 161 e total de associados 611.

Tendo em vista que apresenta os novos associados, na dificuldade de reconhecimento do interessado como remanescente de quilombola da Comunidade Chapada de Natividade, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal submeterá à Assembleia a ficha de inscrição cadastral do interessado e, uma vez aprovada, tornar-se-á associado. Com seguintes o nome em análise pela Assembleia Geral, Mariana Fernandes Monteiro, Vanessa Dionizio Alves, Marciela Alves Varanda, Lurdes Ferreira de França Alves, Darcileny dos Santos Carneiro, Carlos Junior de França Rocha, Antuniana de França Rocha, sendo um total de 07 associados que estão em análise.

A Associação Comunitária dos Quilombolas “Visão de Águia” da cidade de Chapada da Natividade – TO é constituída por remanescentes e/ou descendentes quilombolas da Comunidade Chapada de Natividade, seus principais troncos e raízes familiares com ancestralidades no município.

Segundo o estatuto da associação, os associados pertencerão às seguintes categorias: Associados Fundadores – trata-se dos fundadores quando participaram da criação da Associação, conforme assinaturas contidas na Ata da primeira eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; Associados Efetivos – os que passaram a serem membros na condição de associados, aprovados por maioria em Assembleia Geral e que apresentarem assiduidade com as obrigações da Associação.

Também, os Associados Eméritos – os que passaram a ser membros na condição de associados, aprovados por maioria em Assembleia Geral e que tiverem mais de 65 anos de idade; e Associados Inativos - os que passaram a serem membros na condição de associados, aprovados por maioria em Assembleia Geral, porém não apresentarem assiduidade com as obrigações da Associação. Os associados inativos se tornarão associados efetivos mediante a quitação com as obrigações. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS “VISÃO DE ÁGUIA”, 2023, p.3)

Assim a Associação de representação da comunidade tendo como característica: Ser uma pessoa jurídica de direito privados sem fins econômicos; Ter números limitados de sócios, subordinados ao presente e demais normas regimentais; Tem prazo de duração indeterminado. Tendo em conta que a Associação tem sua afinidade de integração social e desenvolvimento comunitário das cidadoas e de associações civis de Chapada da Natividade, assim como ideal de promoções educacionais, cultural, informativa, e de comunicação social.

Tento visar e criar, manter equipamentos educacionais profissionalizantes, ou buscar parceria e convênios com instituições públicas ou privadas, para treinamentos, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada. Promovendo, divulgar, incentivar produções, independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividade artística em toda sua forma de expressão.

Criar e manter, ou promover parceria e convênios, para fundação de um centro cultural e esportivo, para desenvolvimento de atividade artístico e de incentivo a Esportivo, para desenvolvimento de atividade artístico e de incentivo a prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante.

4.2 Políticas realizadas pela Associação Comunitária dos Quilombolas Visão de Águia

A liberdade de associação é um prolongamento natural das liberdades de pensamento e de reunião e por tanto, igual que as mencionadas liberdades supõem um direito de primeira geração desde que realize com fins pacíficos e para conseguir um objetivo que de jeito nenhum se contraponha à lei ou ao bem comum. Por outra parte, quando se cria uma relação determinada entre objetos e ideias se costuma falar disso em termos de associação.

A Associação Comunitária dos Quilombolas "Visão de Águia" da cidade de Chapada da Natividade, Tocantins, em suas ações e atividades desenvolvidas na Comunidade, é voltada para a política pública, na questão socioeconômica, socioemocional (em relação à aceitação e identificação do ser quilombola). Além de enfatizar a participação dos alunos em sistemas de cota, bem como o direito ao recebimento da Bolsa Permanência.

Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção. Embora pareça pertinente igualar a questão das terras de quilombos às terras indígenas, ambas são semelhantes apenas quanto aos desafios e embates já visíveis, no plano conceitual quanto à identificação do fenômeno referido e no plano normativo quanto à definição do sujeito do direito, os critérios, etapas e competências jurídico-políticas.

Sendo considerada de grande conquista a política de acesso às cotas e bolsa permanência nas universidades e institutos técnicos federais no sentido de que haja a efetiva garantia e transparência e nas políticas. As políticas de reconhecimento quilombola têm seu marco inicial no Art. 68º dos ADCTs da Constituição Federal (CF) de 1988, segundo o qual "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos." (BRASIL, 1988)

Apenas no século XX se torna possível perceber novos marcos categóricos no que diz respeito às questões dos povos remanescentes de quilombos, a partir dos quais a economia, a cultura, a política e a organização social destes atores são repensadas e reconstruídas. Essa mudança só acontece devido a necessidade de expansão do atendimento de disposições legais apontadas pelos artigos 215 e 216

da CF/88, nos quais “os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos” são estabelecidos como tombados (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito quilombola à terra e à cultura, mas as décadas seguintes seriam marcadas por um processo de ambiguidades e contradições, diante de resistências jurídicas e administrativas para a efetivação desse direito. Os debates legislativos sobre a regulamentação do artigo constitucional, de meados dos anos 1990, foram interrompidos por um Decreto Presidencial em 2001. A sua efetiva regulamentação só ocorreu no ano de 2003, com o Decreto Presidencial 4778, que criou a primeira política pública federal para as comunidades quilombolas.

Todavia já no ano seguinte, entretanto, esse decreto teria sua validade questionada através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, gerando insegurança jurídica durante 14 anos até que fosse finalmente julgada. Ainda assim, as políticas públicas para quilombolas passaram a ser elaboradas e executadas, em especial nos campos da educação e do desenvolvimento social, além da regularização fundiária.

A ruptura política de 2016, no entanto, abre um período de retrocessos, com o desmantelamento das políticas já estabelecidas e o estrangulamento orçamentário, levando à suspensão de processos de titulação territorial (2016-2018). Esse retrocesso atingiu as comunidades quilombolas também indiretamente, com a desestruturação dos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais e de reforma agrária, além da adoção de uma retórica pública agressiva e radicalmente contrária aos movimentos sociais, ao ambientalíssimo e aos mecanismos de controle externo e participação social nas políticas governamentais.

Em 2023, as políticas quilombolas retomam seu curso, com a reestruturação das políticas públicas, o que se traduz na concentração de ações na nossa ‘Linha do tempo’ em apenas um ano. Essa ‘Linha do tempo’ organiza os principais acontecimentos públicos, de natureza técnica e política, principalmente com origem ou diretamente voltados ao Estado brasileiro. Uma ênfase mais equilibrada sobre ações com origem no movimento quilombola e outras organizações da sociedade civil implicaria em um volume muitas vezes maior de eventos a considerar, e relações mais complexas entre eles, impossível de abordar no formato sintético e didático da ‘Linha do tempo’. (José Maurício Arruti, Juliana Sartori, 2024)

4.3 As Ações da Associação Visão de Águia com Seu Público-Alvo: conquistas (Avanços E Recuos)

As ações desenvolvidas pela Associação Comunitária dos Quilombolas "Visão de Águia" tiveram grandes avanços nas ações, pois a cada ano que passa há uma maior participação dos membros da comunidade. Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (28/05/2016) aconteceu no Colégio Estadual Fulgêncio Nunes o Evento Encrespa Chapada. Cujo tema foi "Valorizando e fortalecendo a nossa identidade" Evento este realizado pelo Colégio Estadual Fulgêncio Nunes, em parcerias com a Associação Comunitária dos Quilombolas Visão de Águia, a Prefeitura Municipal, Cooperminer, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal de Vereadores.

Na ocasião ocorreram algumas apresentações como: Sucia infantil com os alunos da Creche Municipal Tia Martha, Sucia do grupo tia Zezinha do Colégio Estadual Fulgêncio Nunes, Sucia do grupo Dona Maria Custodio da Associação dos Quilombolas. Declamação de Poema, Grupo de capoeira e tambores de Natividade, e desfile com os alunos da Escola Municipal Marcolina Pinto Rabelo.

Na oportunidade a Associação agradeceu ao Colégio Estadual Fulgêncio Nunes e demais Instituições pelo papel e confiança deixado na responsabilidade da Associação dos Quilombolas. E que o lema é ajudar pra ser e fazer o melhor pra nossa comunidade. Pesquisa feita no dia 04 de setembro de 2024 pelo site da associação. Sendo assim tendo os pontos a serem destacados como positivos, são: a aceitação e a procura por identificação de pessoas descendentes de raízes familiares da comunidade, considerando que a associação está em construção, é necessário esse movimento para garantir a identidade do quilombo.

A Associação Visão de Águia vem fazendo maravilhoso evento da Semana da Consciência Negra com o objetivo de trazer conhecimento sobre os assuntos pertinentes ao povo quilombola e apresentações da identidade histórica e cultural da comunidade, bem como exposição e feira da cultura quilombola.

É um evento de grande relevância no calendário da comunidade quilombola de Chapada da Natividade. Porém, há um ponto negativo que é a falta de participação de associados residentes na comunidade em reunião e assembleias gerais, quando convocados. Quanto aos recursos, temos as contribuições de alguns associados, bem

como, os recursos que já fomos beneficiados, como a Lei Paulo Gustavo e a Lei Ald Blanc.

A persistência e a luta que cada um contribuiu e continua contribuindo para a valorização das raízes e direitos dos quilombolas da comunidade, para não deixa acabar nossa cultura acabar persistirmos na luta para não deixar morrer essa cultura em nosso município. Resgatando nossas raízes, lutando pelo nosso direito, somos quilombolas modernos, e a nossa História.

Portanto, realizando o Luau Cultural Eucilene Dionisio de Santana, O Lual Cultural acontece sempre na segunda semana do mês de junho, cujo objetivo é apreciar as comidas típicas da comunidade, bem como, rodas de conversas e brincadeiras antigas. Quadrilha para a arrecadação de fundo para a instituição.

Semana da Consciência Negra, acontece sempre cinco dias antes do dia 20 de novembro, durante a semana, acontecem apresentações culturais, oficinas e palestras referentes a: Lutas e Conquistas Quilombolas, Relatos de Experiências e superações; Saúde; entre outras. Durante esses anos de lutas e conquista a associação não tem recurso financeiro, necessita da ajuda dos próprios associados com sua contribuição, com isso a mesma tem adquirido cadeiras, mesas, ventiladores, som e uma estrutura.

4.4 A população Quilombola tem acesso aos serviços conquistados por essa Associação?

Aos serviços prestados pela Associação Comunitária dos Quilombolas Visão de Águia da cidade de Chapada da Natividade, Tocantins é direcionado especialmente para o público quilombola residente na comunidade, e posteriormente, aos não residentes. As associações só poderão emitir declarações aos candidatos a vestibular, matrícula ou acesso de cota/ou bolsa permanência para pessoas que estão associadas formalmente, conforme as definições de estatuto ou regime interno de todos os associados, sendo necessários que esteja sejam quilombola residente ou pertencente, comprovando seus vínculos através de documentos oficiais da associação, como livro Ata ou outro registro oficial da associação.

Atualmente, destaca a assistente social, as demandas das populações quilombolas são inúmeras, como a necessidade de avançar nas políticas voltadas para a implementação de educação específica que considere e respeite a história e

fortaleça a luta de cada comunidade quilombola; a garantia de acessibilidade para os territórios; o mapeamento, junto às comunidades, dos potenciais geradores de trabalho e renda, visando à melhoria da qualidade de vida dessas populações; a valorização das culturas locais e da identidade quilombola, além, é claro, do necessário avanço no processo de reconhecimento, identificação e regularização das áreas de quilombos. (CRESS/MA, 2019)

Portanto a declaração da associação para que o benefício participe da política de cota ou bolsa permanência quilombola, deverá conter o CNPJ da associação quilombola certificada pela Fundação Palmares; assinatura devidamente reconhecida em cartório de três integrantes da diretoria dessa associação e com carimbo próprio. A declaração deverá estar acompanhada de cópia da certificação emitida pela Fundação Palmares e Ata da última eleição.

4.5 Associação Visão de Águia e Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto Denunciam Impactos Da Mineração)

Denúncia feita ao INCRA, MDA e Secretaria Geral da Presidência da República durante missão no quilombo Baião, em Almas-TO; mais cinco territórios estiveram presentes. A Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) realizou seminário sobre os impactos da mineração em territórios quilombolas da Região Sudeste do Tocantins, com presença do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Secretaria de Diálogos Sociais da Secretária-geral da Presidência da República.

A atividade aconteceu na última terça-feira, 31, no território quilombola Baião, localizado no município de Almas - TO. O evento contou com a participação de outros cinco territórios quilombolas: São Joaquim e Laginha (Porto Alegre do Tocantins), Lajeado (Dianópolis - TO), Poço Dantas (Almas - TO) e a Visão de Águia (Chapada da Natividade - TO).

O Seminário teve como objetivo apresentar denúncias de violação de direitos dos territórios quilombolas ao Governo Federal pautando a grave situação que as comunidades estão enfrentando em virtude das atividades de exploração minerária por empreendimento instalado em área próxima às comunidades.

Uma das preocupações relatadas pelas comunidades é ausência de consulta e falta de transparência no processo de instalação do empreendimento. As comunidades já percebem danos na fauna e flora que já sofrem impactos do agronegócio, agora enfrenta os impactos do empreendimento minerário.

Figura 10: Representantes do INCRA



Representantes do INCRA, MDA e Secretaria Geral da Presidência da República ouviram os relatos das lideranças quilombolas e fizeram repasses. Foto: Geíne Medrado (Ascom COEQTO)

A COEQTO já denunciou a situação a vários órgãos desde setembro de 2021, quando acionou o Ministério Público Federal e posteriormente a Defensoria Pública Estadual, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e até no Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos na América do Sul e Caribe (ACNUDH). A falta de consulta desrespeita a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos originários e tradicionais.

Tendo outro quilombo que enfrenta impactos das atividades de mineração é o território quilombola Visão de Águia em Chapada de Natividade. A planta de mineração a céu aberto fica ao lado e no subsolo das ruas e casas da cidade. Durante o seminário, representante da comunidade relatou danos visíveis com a operação da mineradora como rachadura nas casas, nuvens de poeira e desmoronamento de estrutura de uma igreja histórica da comunidade, que fica próxima acerca do empreendimento.

Durante o seminário, a COEQTO denunciou ainda a morosidade dos processos de regularização territorial dos quilombos no Estado do Tocantins e pediu agilidade na conclusão dos estudos antropológicos das comunidades impactadas pela mineração, que ainda não tiveram o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) realiza. “Nossa prioridade é iniciar e terminar os RTID’s das comunidades que ainda não foram feitos. Vamos levar essa demanda fortemente ao centro do Governo para alocar recursos para fazer os estudos”, assegurou Luiz Rodrigues (INCRA).

As autoridades do Governo Federal que participaram do seminário Jarbas Vieira (Coordenador-Geral de Atendimento e Sociedade da Mesa de Diálogos da Presidência da República), Mônica Borges (Coordenadora Geral de Governança Fundiária e Proteção de Quilombos e PCTs no MDA) e Luiz Rodrigues (assessor do presidente do INCRA) ouviram as denúncias e preocupações das comunidades e reforçaram que encaminharão as demandas ao centro do Governo Federal.

Figura 11: Durante seminário



Durante seminário, a Cartografia Social de Baião e outros materiais das comunidades quilombolas do Tocantins foram entregues às autoridades do Governo Federal. Foto: Geíne Medrado (Ascom COEQTO)

Na ocasião, a COEQTO e a Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) fez o lançamento da cartografia social do território quilombola Baião. O documento traz o mapa da área demandada do Território e conta a história da comunidade. Também houve a entrega de cópias impressas do Protocolo de Consulta da comunidade Baião, no qual delimitam como a consulta deve ser feita.

4.6 Contribuições do Serviço Social na Comunidade Quilombola de Chapada da Natividade

O Serviço Social é uma profissão que lida com a questão social¹⁰, e a questão social é resultado das reproduções da sociedade, retratado como a desigualdade causada por um sistema opressor e transgressor de direitos. O Serviço Social vem como um interventor na busca por equidade de direitos, buscando a justiça social e a defesa dos direitos humanos. Durante a academia, muito se estudou sobre a questão de gênero e etnia.

O Serviço Social está diretamente vinculado às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista em sua fase monopolista. O enfrentamento das expressões da questão social é assumido pelo Estado, como resposta à necessidade de controle da força de trabalho e de legitimação da instância estatal como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, no período histórico de trânsito para a fase monopolista do capitalismo em seu estágio maduro (PAULO NETTO, 2006, p.4).

A expressão "questão social" surgiu no final do século XIX e se referia às disfunções da sociedade industrial emergente. A questão social é a manifestação da contradição entre o capital e o trabalho, e a formação da classe trabalhadora como sujeito histórico autônomo.

Netto também afirmou que o pauperismo em massa da classe trabalhadora foi um fenômeno novo, pois a pobreza cresceu na mesma proporção que a capacidade social de produzir riqueza.

O Serviço Social caracteriza-se por ser uma área interventiva, inscrita na divisão social do trabalho da sociabilidade burguesa. Segundo Pontes (2002), seu caráter interventivo exige que, além de conhecer a realidade na sua complexidade, crie mecanismos para transformá-la na direção de determina socioprofissional. Esse desafio requer uma instrumentalidade que contenha um suporte teórico-metodológico à altura da complexidade da dinâmica social. Nesse aspecto, a categoria de mediação⁸ constitui-se em uma requisição indispensável ao desvelamento dos fenômenos sociais e à intervenção profissional. (CEOLIN, 2014, p. 10)

¹⁰Usa-se a expressão questão social para expressar o conjunto das expressões políticas, sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista (Netto, 2006, p. 17).

Segundo Iamamoto (2023), O Serviço Social pode contribuir para que esses sujeitos – em sua unidade de diversidades – reconheçam que suas demandas individuais portam uma dimensão coletiva de classe; e que elas adquirem força quando encaminhadas coletivamente. (CRESS-MG 2020-2023). Porém, a relação entre o Serviço Social e o protagonismo dos sujeitos envolve também o trabalho direto com os movimentos sociais, soldando laços de confiança e companheirismo na luta comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho revelou a importância da Associação Visão de Águia para a territorialização e fortalecimento da identidade quilombola em Chapada de Natividade. Observamos que a organização comunitária tem um papel fundamental na preservação da memória coletiva, na valorização cultural e na luta pelos direitos dos moradores da região.

As práticas sociais, culturais e religiosas evidenciadas, como a festa do Divino Espírito Santo e a devoção à Padroeira Nossa Senhora Sant'Anna, demonstra a resiliência e a força da comunidade na manutenção de suas tradições e raízes históricas.

A Associação Visão de Águia se configura, portanto, como um pilar de resistência e valorização, buscando assegurar que a identidade e os direitos dos quilombolas sejam preservados e respeitados. Com isso, a pesquisa contribui para o entendimento do papel das associações quilombolas urbanas na promoção da cidadania e no enfrentamento das expressões da questão social em um contexto de vulnerabilidades, destacando a importância da continuidade das lutas e ações coletivas para garantir a autonomia e o desenvolvimento da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lúcia M. M. de. **Os quilombos da Bacia do Rio Trombetas**: breve história. Comissão pró-Índio de São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.journals.usp.br/article/download>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

ARAÚJO, Wendy Almeida. **Os ritmos tradicionais nos tambores do Tocantins**: constituições identitária e processos culturais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em comunicação, Cultura e Cidadania. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal de Goiás, 2013. 166 f.

BARBOSA, Márcio. Espelho. In: BARBOSA, Aristides et al. **Cadernos Negros**. V.16, São Paulo: Edição dos Autores, Quilombhoje, 1993. P. 69-73.

BARBOSA, Sílvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu**: uma reconstrução histórica político-social. Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, 2003. 193 pp. Disponível em: <https://tede.metodista.br/jspui/hsndle/tede/361>. Acesso em 30 julho de 2019.

BARROS, Juliana Neves. **Mineração e Violações de Direitos**: o caso da empresa Kinross em Paracatu. Apoio Fundação Ford. S/d. Disponível em: [file:///C:/Users/clien/Documents/PARECER%20ARTIGO/MEMORIAL/ARQUIVOS%20PARA%20PROJETOS%20E%20LICEN%C3%87A/Mineracao e Violacao de Direitos Paracatu-1.pdf](file:///C:/Users/clien/Documents/PARECER%20ARTIGO/MEMORIAL/ARQUIVOS%20PARA%20PROJETOS%20E%20LICEN%C3%87A/Mineracao%20e%20Violacao%20de%20Direitos%20Paracatu-1.pdf). Acesso em 15 de junho de 2024.

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 397–416, set. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153780/157007>. Acesso em 05 de junho de 2024.

CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. 2. Ed., revista. São Paulo: **Companhia Editora Nacional**, 1958.

CFESS. Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão. **CRESS 2ª Região**. Disponível em: <http://www.cressma.org.br/>. Acesso em 7 de julho de 2024.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS QUILOMBOLAS “VISÃO DE ÁGUIA”. **Associação Comunitária dos Quilombolas “Visão de Águia” da cidade de Chapada da Natividade – TO**. CNPJ: 14.097.767/0001-95. 12 p. Chapada da Natividade – Tocantins. 2023.

FASOLO, Carolina; CEZAR, Ester. Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados, 2024. **ISA 30 anos, Socioambiental se Escreve Junto**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados>. Acesso em 10 de julho de 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, vol. IV, n. 2, 2000. P. 333-354.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista. **Petrópolis**: Vozes, 1980.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria C. M.; CARVALHO, Maria P. C. A. A. Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, (10), 129–136. (2002). <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100008>. Acesso em 23 de setembro de 2024.

SILVA, André Luis Gomes; ARAÚJO, Rosemary Negreiros de. Identidade e educação escolar quilombola. In: FREIRE, Juciley Silva Evangelista et al. (orgs) **Políticas e práticas educacionais, pobreza e desigualdade social**: sujeitos e contextos sociais. Palmas, TO, EDUFT, 2021. Coleção EPDS.

SILVA, Jânio de Sousa. **Territórios negros no Tocantins**: caracterização das comunidades quilombolas no território eclesiástico da diocese de Porto Nacional, Tocantins. Monografia do Curso de Geografia, UFT, 2021.

SILVA, Keila Ferreira Cardoso Costa. **A arte da sússia**: a criança no processo de fortalecimento e preservação de uma tradição, 2018, 250-256. Disponível em: [file:///C:/Users/WindowS/Downloads/796-Texto%20do%20artigo-3359-1-10-20181109%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/WindowS/Downloads/796-Texto%20do%20artigo-3359-1-10-20181109%20(4).pdf). Acesso em 20 de outubro de 2022.

SOUSA, Poliana Macedo; ERTZOGUE, Mariana Haizender. História, memória e religiosidade na festa do Divino Espírito Santo em Natividade - TO. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 101–116, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18877>. Acesso em setembro de 2022.
